

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

**ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: UM ESTUDO**

LUIZA DE ALCANTARA CARRERA

RIO DE JANEIRO

2008

LUIZA DE ALCANTARA CARRERA

**ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: UM ESTUDO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
à Faculdade de Direito da Universidade  
Federal do Rio de Janeiro, como requisito  
parcial para obtenção do título de Bacharel  
em Direito.

Orientador: Professor Doutor Luiz Alberto de Souza e Silva

RIO DE JANEIRO

2008

Carrera, Luiza de Alcântara.

Organizações Internacionais: Um Estudo/Luiza de Alcântara Carrera - 2008.  
66 folhas

Orientador: Luiz Alberto de Souza e Silva.

Monografia (graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Faculdade de Direito.

Bibliografia: f. 65-66

1. Organizações Internacionais – Monografias. I. Silva, Luiz Alberto de Souza.  
II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Jurídicas e  
Econômicas. Faculdade Nacional de Direito. III. Título.

CDD 341.1131

LUIZA DE ALCANTARA CARRERA

**ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: UM ESTUDO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

**Data de aprovação:** \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Luiz Alberto de Souza e Silva - Presidente da Banca Examinadora  
Professor da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal  
do Rio de Janeiro – Orientador

---

2º Examinador

À minha mãe, Beatriz Alcântara de Carrera, que  
nunca me deixa desistir e cujo incentivo diário  
serviu de inspiração para esse trabalho.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe Beatriz Alcântara de Carrera, amiga e companheira nos momentos mais árduos dessa caminhada que se encerra. Seu apoio incondicional, seu ombro amigo nos momentos mais escuros e suas palavras de garra e incentivo foram fundamentais para a formação da mulher que sou. Obrigada por me passar seu amor à leitura e por sempre acreditar em mim.

À minha irmã, Cristina de Alcântara Carrera, que sempre foi minha inspiração para sonhar e almejar objetivos cada vez maiores. Sua companhia, nos últimos vinte anos, transformou minha vida em algo único, como ela.

À minha avó, Maria Dylma Pereira de Alcântara, por sempre ter estado ao meu lado, sempre pronta para elogiar e abraçar.

Ao Antonio Carlos, por ser um amigo e um apoio no qual essa família sempre acaba se apoiando e que nunca nega ajuda.

A meu orientador, Professor Doutor Luiz Alberto de Souza e Silva, agradeço por me inspirar na sala de aula, por sua disponibilidade e gentileza.

A meus “chefes”, que se tornaram meus mestres e modelos a serem seguidos, os quais me ensinaram a ter paciência, a me dedicar à profissão, nunca deixar de estudar e, principalmente, a nunca esquecer o que quero para o meu futuro. Que também são meus amigos, sempre prontos a ajudar e aconselhar. Obrigada, Marcel Kanter, Manuela Sumares e, especialmente, Patrícia Picolo, amiga e companheira que sempre estará presente em cada passo que eu der, pois nunca tive alguém torcendo por mim como ela.

Aos meus amigos e amigas da Faculdade Nacional de Direito pela incrível experiência de conviver durante cinco anos juntos. Com vocês aprendi o significado de amizade, companheirismo e diversão. Meu agradecimento especial à Ana Luiza Aparício, por tudo que me ensinou, pelo o que teve paciência de aprender comigo e por todas as coisas que fizemos juntas nesses cinco anos de faculdade.

E, finalmente, às pessoas sem as quais eu não estaria finalizando este curso. Aqueles que marcam os últimos cinco anos da minha vida, e apesar da pouca convivência e contato nos últimos meses, condições impostas por este trabalho e outros estudos, nunca deixaram de me apoiar ou de me atender.

A Felipe Ouro Preto e Joana Savaget, o meu mais profundo agradecimento. Vocês são o exemplo de que a amizade verdadeira supera tudo e que junto com o carinho e o respeito, vêm a compreensão. Obrigada por mais um ano de amizade, por mais um ano repleto de alegrias.

E, ao meu namorado, Daniel Coelho, gostaria de dizer: obrigada. Você, mais do que ninguém, marcou esse último ano de faculdade para mim, com seu amor, amizade e apoio incondicional, muitas vezes apenas representado pelo seu silêncio e sua presença ao meu lado.

A Guerra foi a pseudo-solução mais conveniente para os problemas do capitalismo do século XX. Disponibilizando os incentivos para modernização e para revolução tecnológica de maneira que a busca do lucro e o mercado apenas conseguem parcialmente e acidentalmente, fazendo assim, com que idéias classificadas como “impossíveis” tornam-se realidade. O que é igualmente importante, é que a guerra consegue recriar comunidades de homens e dar, temporariamente, sentido às suas vidas ao uni-los contra estrangeiros ou invasores. Essa é uma realização que ultrapassa o poder que a economia possui, quando sozinha.

Eric J. Hobsbawn



## RESUMO

Carrera, Luiza de Alcantara. *Organizações Internacionais: um estudo*. 2008. 66 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

O presente estudo traz à baila a questão da eficácia que as decisões proferidas pelas organizações internacionais e a dificuldade de sua execução, ou quando descumpridas, de suas sanções. O trabalho se divide em três momentos fundamentais. No primeiro momento, resgata os antecedentes históricos da criação de organizações internacionais dentro do contexto da evolução da sociedade jurídica internacional. Em seguida, o segundo momento do trabalho versará sobre como ocorre a criação de tais instituições e o papel fundamental que passaram a exercer internacionalmente. Em consequência disso, o trabalho focará, em seu terceiro momento, no detalhamento dos processos decisórios das organizações internacionais, bem como, na personalidade jurídica atribuída à estas organizações visando a sua autonomia em relação aos seus membros, elemento essencial para impor decisões. Por fim, a discussão contemporânea sobre a eficácia de decisões proferidas por estas organizações e quais são, e deveriam ser, os procedimentos para os Estados que não as cumpram devidamente.

**Palavras-Chave:** Organizações Internacionais; Personalidade Jurídica; Conflitos; Eficácia das decisões das Organizações Internacionais.

## ABSTRACT

Carrera, Luiza de Alcântara. *Organizações Internacionais: um estudo*. 2008. 66 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

This work brings to light the issue of how efficiency the decisions made by international organizations really are and how difficult, simultaneously, they are to execute properly, or, when not observed, what are the practical effects of its sanctions and if they can be imposed at all. This study is divided into three key parts. On the first one, it recovers the historical background of how the international organizations were created on the first moment, and its evolution inside the context of an unstable international legal society. After that, the second part of the work examines how such institutions are created and their international role in the international system. Afterwards, on its third, and last, part, the study focuses on detailing the types of decisive processes of international organizations and the practices that are necessary, and, also, considering that these institutions have legal capacity, which are attributed to them to enable it to be independent from its own members. This autonomy is a key element for an international organization to have the power it needs to impose its decisions.

**Key-Words: International Organizations; Legal Capacity; Conflicts; Efficiency of International Organizations Decisions.**

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AG – Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas  
AIEA- Agência Internacional de Energia Atômica  
AIPLT - Associação Internacional para a Proteção Legal dos Trabalhadores  
ASEAN - Associação das Nações do Sudeste Asiático  
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento  
CIJ – Corte Internacional de Justiça  
COMECON - Conselho para Assistência Econômica Mútua  
CS – Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas  
CSCE - Conferência de Segurança e Cooperação na Europa  
DI – Direito Internacional  
DIP – Direito Internacional Público  
EUA – Estados Unidos da América  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
OI – Organização Internacional  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
OLP – Organização pela Liberdade da Palestina  
OMC - Organização Mundial do Comércio  
OMS – Organização Mundial de Saúde  
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
OUA – Organização de Unidade Africana  
TIAR - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca  
UE – União Européia  
UIT – União Internacional de Telecomunicações  
UNCTAD - Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (United Nations Conference on Trade and Development)  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children’s Fund)

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. A SOCIEDADE INTERNACIONAL E O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.....</b>	<b>13</b>
<b>3. BREVE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.....</b>	<b>15</b>
<b>3.1 Cooperação entre Estados Europeus.....</b>	<b>16</b>
<b>3.2 Cooperação entre Estados nas Américas.....</b>	<b>18</b>
<b>3.3 As Organizações Funcionais.....</b>	<b>20</b>
<b>4. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.....</b>	<b>21</b>
<b>4.1 Fatos Geradores das Organizações Internacionais.....</b>	<b>22</b>
<b>4.2 Papel das Organizações Internacionais na Sociedade Internacional.....</b>	<b>24</b>
<b>4.3 Características das Organizações Internacionais.....</b>	<b>26</b>
<b>4.4 Personalidade Jurídica das Organizações Internacionais.....</b>	<b>39</b>
<b>5. EFICÁCIA DAS DECISÕES DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>5.1 Processo Decisório das Organizações Internacionais.....</b>	<b>42</b>
<b>5.2 Eficácia das Decisões das Organizações Internacionais.....</b>	<b>49</b>
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>65</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como objetivo apresentar um estudo sobre como é criada uma organização internacional, destacando sua evolução histórica e a importância destas instituições na conjuntura da sociedade internacional atual. Além disso, tem-se a busca por um conteúdo normativo capaz de possibilitar a efetividade do reconhecimento das decisões das organizações internacionais como regras a serem cumpridas, e conseqüentemente, passíveis de sanção quando descumpridas.

A escolha do objeto atende às razões de ordem teórica e prática. A primeira concerne em analisar as questões envolvendo o papel das organizações internacionais e o procedimento de atribuição de personalidade jurídica internacional a estas instituições. Isso porque, para alguém que se inicia no estudo do direito internacional público, este é um debate fundamental, que perpassa a um ambiente maior, qual seja, o princípio da efetividade nas relações internacionais, constituindo assim a ordem prática do objeto deste Trabalho. Em uma sociedade internacional que almeja ser igualitária, sem realmente sê-lo, na qual, determinados Estados projetam uma ilusão de democracia sem a participação de todos, à vontade de contribuir, mesmo que de maneira singela, para a compreensão do dinamismo e da pluralidade do pensamento político e jurídico internacional foi fundamental para a realização desse trabalho.

O caráter prático do objeto pode ser observado desde o começo da formação do sistema internacional, especialmente no momento no qual se criou a figura do Estado, e posteriormente, devido à quantidade de conflitos entre os mesmos, verificou-se a necessidade de avaliar como poderíamos punir sujeitos do direito internacional, e como garantir que tais sanções seriam cumpridas. Portanto, ao se vincular a uma organização internacional, um Estado deveria, antes de qualquer coisa, submeter-se às decisões impostas pela instituição, que quando não obedecidas, deveriam ter como consequência uma sanção proporcional ao descumprimento.

O trabalho desenvolve-se em quatro etapas: a primeira diz respeito à análise histórica da criação das organizações internacionais e sua importância, sempre em uma dinâmica contextualização à sociedade internacional. A segunda etapa compreende a atribuição de personalidade jurídica internacional para estas instituições, no qual há a ênfase à efetividade das decisões abordadas. A terceira etapa diz respeito ao reconhecimento da abrangência de atuação das organizações internacionais, requisito essencial para a discussão, ou seja, a quarta etapa, quanto ao procedimento a ser abordado para sujeitos do direito internacional que, ao descumprirem uma decisão de uma organização internacional da qual é membro, saem ilesos e vêem estas organizações como ferramentas a serem utilizadas apenas quando lhes convier.

A metodologia de pesquisa aqui empregada parte de uma análise claramente bibliográfica acerca do tema, incluindo-se aí artigos publicados, livros especificamente voltados a conceitos essenciais ao desenvolvimento do tema, outros voltados completamente ao desenvolvimento e conclusão do tema propriamente dito, tal como se pode verificar na referência bibliográfica. Acrescente-se ainda a pesquisa jurisprudencial, predominantemente da Corte Internacional de Justiça (CIJ).

Tendo em vista o acima exposto, o trabalho inicia-se com base na definição de Hobbes de estado da natureza, no qual os homens viveriam constantemente em guerra, conflitos de todos os tipos, principalmente por não existir um princípio básico de cooperação entre eles, apenas o sentimento de desconfiança, que gera a violência. O sistema internacional poderia ser descrito desta forma, principalmente se não existissem organizações internacionais pelas quais a economia, direitos humanos e normas internacionais existentes não fossem discutidas e, mediante a definição de seu prejuízo, contribuíssem para sua estabilidade por vezes ameaçadas por outros Estados, membros da mesma organização internacional.

## **2. A SOCIEDADE INTERNACIONAL E O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

Como já mencionado, o Direito é manifestação da vida social. Cada sociedade formada possui suas próprias regras, normas e sanções, e um determinado sistema jurídico. O Direito Internacional Público (DIP) atual corresponde à sociedade internacional atual. Quando esta sofre alguma alteração, mesmo que esta pudesse ser considerada pequena, o direito internacional público a acompanhará, tornando-o flexível e atualizado, mas ao mesmo tempo, por causa de suas constantes mudanças, instável.

Se o Direito, então, é um produto da sociedade da qual ele é gerado, uma vez constituído, este passa a ser um dos fatores que a condicionam e a modificam. Em consequência, a sociedade é, ao mesmo tempo, tanto um fenômeno social quanto jurídico. A sociedade internacional e o direito internacional público têm em comum a sua não sedimentação, causando sua constante transformação, que em comparação com outros ramos do Direito, é extremamente mais rápida.

Outro fator que se encontra constantemente gerando alterações na sociedade internacional é a política. Esta pode variar, de um extremo para outro, em questão de horas. A política externa defendida por um Estado vai depender de sua política interna. Os interesses políticos de um Estado, em face do cenário internacional, podem ser condicionados à economia, à religião oficial daquele Estado, ou, até mesmo, ao que aquele sujeito do direito internacional entende como seus deveres e direitos na sociedade internacional.

A sociedade sempre surgirá a partir das relações entre indivíduos. Esse preceito não é alterado quando aplicado internacionalmente. A sociedade internacional surgiu das relações entre coletividades e outros indivíduos internacionais. Não podemos fixar uma data para tal acontecimento, mas podemos dizer que, quando os homens, por necessidade ou conveniência, formaram as primeiras coletividades organizadas, estabelecendo assim relações contínuas entre si, a sociedade internacional “nasceu” e junto com ela, o Direito Internacional Público, uma vez que essas relações só seriam possíveis se existissem normas

comuns a todos os membros da coletividade, ou ainda, as normas foram criadas a partir da verificação de sua necessidade. É a aplicação do aforismo *ubi societas ibi jus*<sup>1</sup>.

A descrição da sociedade internacional significa a apresentação dos entes que a compõem e das forças mais atuantes na vida social internacional. A maioria destes entes se torna possuidor de direitos e deveres outorgados pela ordem jurídica internacional, transformando-se assim em sujeitos do direito internacional. Nesta situação, figuram, entre outros, os Estados e as organizações internacionais. O Direito Internacional (DI) foi, durante muito tempo, predominantemente interestatal e ainda se apresenta, apesar das atenuações, sob este aspecto. O Estado pode ser considerado o seu membro originário e principal sujeito.

Já as organizações internacionais surgiram a partir da compreensão, pelos Estados, que determinadas necessidades, em plano internacional, não poderiam ser supridas por eles individualmente, sendo a colaboração entre aqueles que possuem os mesmos problemas algo necessário para resolução destes. Este se manifesta não apenas em nível governamental, mas também no nível particular, com a criação das organizações não-governamentais, quase todas visando a assistência.

Ao lado destes entes, forças culturais, econômicas e religiosas influem ou influenciaram a sociedade internacional. As forças culturais se manifestam pela realização de acordos culturais entre Estados, na criação de organismos internacionais destinados à cultura e na aproximação entre os Estados e seus povos. Os acordos comerciais e financeiros e as organizações internacionais de cunho econômico e financeiro se multiplicam, demonstrando a importância da economia como condicionante da sociedade internacional.

---

<sup>1</sup> “Onde há sociedade, há direito”.



### **3. BREVE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS**

Os constantes conflitos entre grupos socialmente organizados conduziram a humanidade, desde o século XV, a questionar os meios pelos quais as guerras deveriam ser controladas, ou ainda, evitadas. As primeiras idéias sobre a criação de organizações internacionais com o objetivo de manter a paz, possuindo caráter universal, foram manifestadas por Pierre Dubois, e, posteriormente, pelo Rei da Boêmia, George de Podiebrad, que montou um projeto de manutenção da paz na Europa.

A partir do século XVI, William Penn, Jean-Jacques Rosseau, os abades São Pedro e Gregório, passaram a se manifestar favoravelmente sobre esta criação. O trabalho de Kant sobre a paz perpétua também foi de extrema importância para os acontecimentos relatados a seguir.

Se analisarmos o sistema internacional contemporâneo e verificarmos que o mesmo é estruturado em torno de cento e noventa nações e, aproximadamente, duzentos e trinta e oito organizações internacionais e outras seis mil organizações internacionais não-governamentais. A maioria destas organizações foi criada depois da Segunda Guerra Mundial. Apesar disso, as práticas e ideologia de cooperação entre Estados através de organizações não se desenvolveram no último século. Na verdade, foram construídas por vários séculos, passando por várias fases, acompanhando os acontecimentos históricos, como guerras, evolução econômica e social.

### 3.1 Cooperação entre Estados Europeus

No final do período da Idade Média, à luz dos movimentos conhecidos como Renascimento e Reforma, juntamente com a contestação, por várias nações, da primazia do Papado, surgem as monarquias nacionais e Estados laicos. Inicia-se uma Era que se estende até os dias de hoje e durante a qual a sociedade internacional irá constantemente ser alterada por eventos sociais ou econômicos, e vice-versa.

Os Tratados de Vestefália, no ano de 1648 colocaram um ponto final na Guerra dos Trinta Anos, e em consequência disto, pela primeira vez, Estados independentes montaram um sistema multipolar em detrimento dos constantes conflitos entre eles na tentativa de estabelecerem “o mais forte”, como ocorreu durante a Idade Média<sup>2</sup>. Ao contestar a primazia do Papado os Estados não estavam totalmente rejeitando a idéia de um órgão superior a eles e que pudessem unificá-los em algumas questões, mas sim, contestando o controle exercido, especificamente, pela Igreja em si, e como este era realizado. O que poderia ser melhor do que criar uma autoridade baseada no esforço coletivo e que estivesse a ser serviço?

Porém, para o contexto histórico ora abordado, a visão do que seria uma organização internacional baseada na cooperação de Estados independentes ainda estava longe de ocorrer. A liberdade, autonomia, independência que estas precisariam. Das três palavras mencionadas na frase anterior, aquela que for escolhida poderia ser utilizada para justificar a não instauração de um órgão superior. Durante muitos anos eles serviram à Igreja, e, quando livres, não se submeteriam tão cedo a outro suserano, mesmo que fosse um escolhido em conjunto.

Na direção oposta ao exposto acima, os Estados recém-formados decidiram definir regras claras, igualitárias, como, formalização de sua independência, recusa de submissão a qualquer autoridade que se declare estar acima deles, igualdade de soberania, e respeito a esta, através do reconhecimento da existência de uma relação de poder entre os Estados.

---

<sup>2</sup> De VISSCHER, Ch., *Théories ET Réalités en Droit International Public*. Paris, 1953, p.19.

Por não existir qualquer autoridade para impor tais regras, sendo a própria criação de uma proibida, a balança de poder entre os Estados poderia ser caracterizada como uma série contínua de agressões e conflitos entre eles. Sendo assim, o sistema internacional foi marcado por guerras dinásticas, luta de hegemonia, guerras repressivas, tratados constantemente quebrados, entre outros tipos de conflitos. Era uma sociedade completamente anárquica, marcada pelas guerras de todos contra todos.

O marco que pode ser considerado como precursor da virada deste quadro foi o fim das Guerras Napoleônicas. Com a criação da Santa Aliança em 1815, inicia-se uma fase na qual os diversos “Congressos” realizados em consequência, formados por Estados, se tornarem o fórum de discussão de todos os assuntos que poderiam interessar as diferentes nações. Poderia ser a tomada de decisão sobre padronização de preços de um produto comum a todos, ou cobiçado por todos, como também poderia ser um assunto mais complexo, como definir o país que receberia uma determinada região como espólio da guerra. A partir de então, os problemas europeus eram debatidos em clima de diplomacia multilateral.

Inspirados pelo funcionamento de tal cooperação, Áustria, França, Prússia, Reino Unido e Rússia formam o Diretório Europeu (1818), no qual, pela primeira vez, grandes potências se reuniam, em tempo de paz, para solucionar problemas comuns através de consultas aos outros. O principal assunto era a luta destes Estados contra os governos revolucionários, que inspirados pela Revolução Francesa, vinham se propagando pela Europa e pelo resto do mundo.

Apesar de sua decadência, a partir de 1825, a experiência da Santa Aliança foi retomada pelo Concerto Europeu. O sentimento de solidariedade, de acordo com o professor Ricardo Seitenfus<sup>3</sup>, dos países vencedores de Napoleão fez surgir um processo de entendimento na Europa, fundamentando-se no princípio da monarquia, o qual era legitimado pela teoria do direito divino dos reis e do equilíbrio de poder entre seus integrantes.

---

<sup>3</sup> SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *Manual das Organizações Internacionais*. 4.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. p.40.

Todavia, esses conselhos ainda não podem ser considerados como organizações internacionais propriamente ditas, pois eram um esforço realizados por determinados Estados para evitar novos conflitos. As reuniões ocorriam sem nenhum tipo de rotina e seus resultados não eram coercitivos. Por esta razão, o Concerto Europeu nunca conseguiu impor alguma decisão à uma grande potência. Por outro lado, a cooperação entre os países membros pode ser considerada eficiente, já que através de suas deliberações a intervenção na China foi realizada, lutaram conjuntamente para acabar com o tráfico negreiro e a escravidão, e acima de tudo, no Congresso de Berlim em 1885, definiram as regras usadas para a divisão colonial da África.

### **3.2 Cooperação entre Estados nas Américas**

A América, jovem independente, ao sentir o perigo da ameaça de reconquista pela Espanha e inflamada pelas idéias de integração de Simon Bolívar, propagadas com extrema rapidez, decidiu agir e os principais países do continente reuniram-se no Panamá, em meados de 1826, para realizar o Primeiro Congresso dos Estados Americanos. Nesta reunião é firmado o Tratado do Panamá, prevendo a formação de uma Confederação de Estados, com o objetivo de manter a paz e buscar soluções negociadas para conflitos diversos. Do ponto de vista institucional, é prevista uma assembléia geral onde todos os países deveriam estar em perfeita igualdade jurídica.

Sem ser ratificado, o Tratado descrito acima se confronta com a realidade política do, ainda, Novo Mundo, e seus objetivos entram na obscuridade. Não foram as ex-metrópoles ibéricas os principais adversários do movimento de aproximação, mas os próprios Estados latinos americanos. Ao contrário do que pensava Bolívar, os conflitos continentais geraram guerras civis, que, por sua vez, desintegraram vários Estados, como

por exemplo, a Grande Colômbia, que se torna quatro Estados independentes: Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela.

Ainda assim, os Estados latino-americanos conseguiram se reunir periodicamente para tratar de problemas comuns. O Congresso de Lima (1847-1848) decide criar uma nova Confederação de Estados, pois a anterior jamais foi concretizada, e também define regras para o comércio e navegação. Em 1856, a reunião acontece em Santiago do Chile e apesar de apenas três Estados terem participado, é firmado um Tratado de Aliança Militar e de Assistência Recíproca. No mesmo ano, outros países aderem a este pacto, porém, a ausência de ratificação compromete novamente aplicação de decisões.

O Terceiro Congresso de Lima (1864-65) debate a contínua desintegração continental que ameaça a América Latina. Suas resoluções novamente sofrem pela ausência de ratificação. As jovens repúblicas hispano-americanas progressivamente vêm seus problemas internos tornando-se mais graves e acabam por dar as costas aos projetos de cooperação.

Os Estados Unidos (EUA), em 1823, haviam indicado, unilateralmente, as bases sobre as quais as relações da América Latina com o mundo deveriam ser concretizadas, através da Doutrina Monroe<sup>4</sup>, que, sob o manto dos interesses britânicos, pretendia afastar as antigas metrópoles da América Latina. A contrapartida é representada pela intenção de Washington de não interferir nos assuntos europeus. Entre 1889 e 1890, reuniu-se em Washington, agora sob a condução dos Estados Unidos, a Primeira Conferência Internacional dos Estados Americanos. Um dos seus objetivos principais era definir um sistema de permanente arbitragem.

Apesar de seu fracasso, a Conferência criou um escritório de divulgação de oportunidades comerciais para os países-membros. Além disso, instaurou-se, a partir desta reunião, uma regularidade na convocação das conferências que deveriam realizar-se a cada

---

<sup>4</sup> A Doutrina Monroe foi enunciada em 02 de Dezembro de 1823 pelo então presidente dos EUA, James Monroe, e possuía três elementos essenciais: não criação de novas colônias nas Américas, os assuntos internos dos países americanos não deveriam sofrer nenhum tipo de intervenção (especialmente européia) e, em contrapartida, os EUA se comprometiam a não intervir em nenhum conflito relacionado aos países europeus, incluindo qualquer disputa destes com suas colônias. Em síntese conhecida, difundia a “América para os americanos”.

cinco anos. Os Estados Unidos tornaram-se elemento preponderante em todos os ajustamentos futuros na organização das relações interamericanas.

Em 1910 a Conferência de Buenos Aires transformou o Escritório Comercial na União Pan-americana. Contudo, a eclosão da Primeira Guerra Mundial interrompeu a regularidade das reuniões. Após 1919, o Presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, propôs um pacto nas Américas semelhante aquele que criou a Liga das Nações. A proposta contemplava, entre outros elementos, uma panamericanização da Doutrina Monroe e o princípio da segurança coletiva continental. Somente com o surgimento da Organização dos Estados Americanos (OEA), através da Carta de Bogotá em 1948, tais princípios serão aceitos.

### **3.3 As Organizações Funcionais**

No início do século XIX alguns Estados se convenceram de que, em razão da quantidade de assuntos em comum que começaram a surgir, seria menos oneroso, e mais prático, criar órgãos internacionais permanentes, criando o fórum para as discussões necessárias, do que continuar reunindo conferências diplomáticas de maneira pontual e descontínua, como haviam feito até então. Desta forma, surgiram as primeiras organizações internacionais para tratar de questões técnicas. Em 1815 já existia uma comissão fluvial internacional para tratar da administração conjunta da navegação do Reno, e em 1856 criou-se a comissão do Danúbio. Na segunda metade do século XIX, com foco nas questões administrativas, foram criados instrumentos de cooperação.

Assim, foram fundadas a União Telegráfica (1865), a União Postal Universal (1874), a União para a Proteção da Propriedade Intelectual (1883) e a União das Ferrovias (1890). As condições de trabalho e vida dos operários das manufaturas, principalmente a

partir da Revolução Industrial, gerou uma consciência social na Europa durante o século XIX. Em 1900, em uma conferência diplomática em Paris, a Associação Internacional para a Proteção Legal dos Trabalhadores (AIPLT) foi criada. Lançando assim a semente da futura Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual foi fundada em 1919.

Os consistentes esforços das organizações técnicas e administrativas identificaram-nas como as precursoras da solidariedade internacional. Como declarou o internacionalista francês Louis Renault, apesar destes organismos serem ignorados pela opinião pública atual, eles “fizeram mais pela civilização e o entendimento entre os povos do que célebres diplomatas”.<sup>5</sup>

A relevância das organizações internacionais nas áreas de comércio, finanças e administração de empresas, ou até de Estados, é tão grande que se tornaram os princípios básicos para a evolução de cada um destes segmentos. Seus poderes e autoridade raramente são questionados, tema que este trabalho abordará mais detalhadamente no próximo capítulo.

As organizações internacionais, como nós a vemos hoje, e conforme serão demonstradas a seguir, com fins políticos, modos de decisão pela maioria, com poder regulamentador e personalidade internacional só começaram a se desenvolver após a Primeira Guerra Mundial, com a criação da Liga das Nações.

#### **4. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS**

Como previamente mencionado, a proliferação de organizações internacionais, se deve, principalmente, à necessidade, reconhecida pelos Estados, de entes internacionais capazes de atuar em campos específicos nos quais os Estados encontram dificuldade. De acordo com o professor Celso Mello, as organizações internacionais, apesar de serem uma

---

<sup>5</sup> SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. Op.cit.p.44.

realidade na sociedade internacional, não possuem uma definição fornecida por uma norma internacional. As definições de organizações internacionais são dadas pela doutrina. Aquela que o professor acredita ser mais exata também é aquela que acredito se aplicar melhor às instituições ora discutidas, e é de Ângelo Piero Sereni:

Organização internacional é uma associação voluntária de sujeitos do direito internacional, constituída por ato internacional e disciplinada nas relações entre as partes por normas de direito internacional, que se realiza em um ente de aspecto estável, que possui um ordenamento jurídico interno próprio e é dotado de órgãos e institutos próprios, por meio dos quais realiza as finalidades comuns de seus membros mediante funções particulares e o exercício de poderes que lhe foram conferidos<sup>6</sup>.

#### **4.1 Fatos Geradores das Organizações Internacionais**

A rede de organizações internacionais faz parte de um conjunto maior de instituições que garantem, em certa medida, um tipo de governança global. Normas, regras, leis, procedimentos para a resolução de disputas, ajuda humanitária, a utilização de força militar, programas de assistência ao desenvolvimento, mecanismos para coletar informações, são apenas algumas das práticas que produzem a governança global. O caráter permanente das organizações internacionais as diferencia de outras formas de cooperação internacional com um nível mais baixo de institucionalização.

O sistema internacional tem sido caracterizado, desde a gestação da disciplina de relações internacionais durante as primeiras décadas do século XX, como um sistema político anárquico, tendo esse conceito adquirido diferentes significados ao longo da história e de acordo com diferentes tradições teóricas. Contudo, a ideia de que a ausência de um Estado supranacional gera uma prática social e política específica, em particular no que se refere ao uso legítimo da violência e à ausência de uma instância central geradora de

---

<sup>6</sup> in MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. v. I. 15 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p.601.



normas legítimas e sancionadas, é um denominador comum mínimo entre todos os analistas e estudiosos de direito internacional público.

Nesse contexto, ao longo da história, como este trabalho demonstrou em seus itens anteriores, inúmeros mecanismos de estabilização do sistema foram gerados na tentativa de controlar, sancionar, discutir ou aprovar determinadas práticas. Arranjos *ad hoc*<sup>7</sup>, o multilateralismo, os regimes internacionais, as alianças militares e a segurança coletiva estão diretamente associados ao processo de criação das organizações internacionais.

Os arranjos *ad hoc*, que por natureza contemplam períodos específicos, ou condições resolutivas, que quando terminadas, o arranjo também não será mais utilizado, muitas vezes são o fato gerador de uma organização. Quando o espaço institucional apropriado para uma negociação ou para a realização de um projeto específico não está disponível, os atores interessados criam um arranjo deste tipo, com uma, ou várias, reuniões de cúpula ou conferências internacionais. Em meados dos anos 70 o Grupo dos Sete surgiu, dessa maneira, em face dos problemas econômicos do período. Da mesma forma, a Conferência de Ottawa surgiu para eliminação de minas antipessoais em dezembro de 1997 e os seus tribunais, para julgamento de crimes contra a humanidade foi fundamental para o processo de criação do Tribunal Penal Internacional em 2002.

Além destes pontos, os tratados e acordos, hoje em dia não mais bilaterais como era comum em décadas passadas, também podem ser considerados fatores para a criação de uma organização internacional. Tais acordos formam regimes internacionais, os quais, por sua vez, regem as relações entre seus signatários em uma área específica, como o regime de comércio, monetário, entre outros. A definição clássica de regimes, segundo Krasner é: “Um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos decisórios em torno dos quais as expectativas dos atores convergem em uma área temática”.<sup>8</sup>

Em diversos casos, os regimes internacionais produzem organizações internacionais, ou seja, elas emergem como resultado da existência de normas e

---

<sup>7</sup> São arranjos celebrados entre países para gerar cooperação durante determinado período, ou sob determinadas circunstâncias.

<sup>8</sup> KRASNER, Stephen D. *Structural causes and regimes consequences: regimes as intervening variables*. International Organization, v.36, n.2, pp 1-21, 1982.

expectativas comuns previamente acordadas. Outros regimes produzem um conjunto de organizações, como é o caso do regime de proteção aos direitos humanos.

Os acordos entre Estados também podem ser motivados pela necessidade, ou ideologia, de segurança de coletiva. Em outros casos, a defesa não é o objetivo e sim o ataque. Países que reconhecem um inimigo comum, sendo ele real ou não, tendem a se unir contra este, através de alianças militares, as quais podem ser denominadas de coalizões. Estas geram uma união de forças e de outros recursos necessários para a defesa, e ataque, da coalizão. Dessa forma, seus Estados membros adquirem uma posição mais favorável no contexto dos conflitos em que estão envolvidos. Contudo, nem todas as coalizões constituem uma aliança, às vezes elas são apenas um arranjo *ad hoc*, como foi o caso da coalizão de países formada em 1990 para libertar o Kuwait da ocupação iraquiana. No entanto, alianças geram a formação de organizações, e para ilustrar, pode-se utilizar o exemplo mais conhecido, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), criada em 1949.

#### **4.2 Papel das Organizações Internacionais na Sociedade Internacional**

A criação das organizações internacionais é uma decisão de cada Estado, os quais são responsáveis por delimitar a área de atuação da instituição. As grandes potências, os países com maior influência têm papel crucial nesse processo. O exemplo mais claro é o impulso dado pelo governo norte-americano para a criação de uma série de organizações internacionais depois da Segunda Guerra Mundial. A Organização das Nações Unidas (ONU) e as instituições de Bretton Woods (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional – FMI) são exemplos de organizações criadas a partir do impulso mencionado, pois refletiam o interesse norte-americano em promover o comércio global, estabelecendo uma ordem

internacional em que a democracia e o capitalismo pudessem florescer. Todavia, outros países, particularmente potências médias como Canadá, Austrália, Índia e Brasil, sem mencionar outros, poderiam obter influência significativa no delineamento do papel e do funcionamento destas organizações nos próximos anos.

Estas instituições do direito internacional são ao mesmo tempo os atores centrais do sistema internacional, fóruns onde idéias circulam, através dos quais estas se legitimam, adquirem raízes e também desaparecem, e também são, essencialmente, os mecanismos de cooperação entre Estados e outros atores. As organizações internacionais são atores, uma vez que adquirem relativa autonomia em relação aos Estados-membros, e elaboram políticas e projetos próprios. Quando a organização “ganhar vida” desta forma, estará apta a ser totalmente independente de seus membros e agir de acordo com o principal propósito de sua criação: a independência destinada a estabelecer regras, práticas e procedimentos imparcialmente, dotada de personalidade jurídica internacional.

Sua contribuição para a cooperação entre seus membros envolve a criação de um espaço social, e até físico, no qual as negociações possam acontecer livremente, sem censura, pelo tempo que necessitar. Também deve fornecer a estrutura administrativa para tais eventos ocorrerem, bem como, criar as ferramentas necessárias para efetivar as decisões acordadas entre seus membros. A existência de uma burocracia permanente abre a possibilidade de uma reação rápida em momentos de crise, favorece a elaboração de projetos de assistência técnica, cooperação científica, dentre outras. A própria legitimação de novos Estados soberanos passou a ser reconhecida como universal, e sem possibilidade de contestação, a partir de sua incorporação à ONU.

Além de contribuir para a gestão de normas e regras, a sua aquiescência à essas normas, como mencionado anteriormente, deve ser prevista e controlada, sendo assim necessária a criação de mecanismos que propiciam aos Estados um “ambiente” no qual a expectativa de reciprocidade é a principal razão pela qual os membros devem cumprir seus acordos. Teoricamente, quanto maior a expectativa criada e difundida pelo sistema, maior a probabilidade de que sejam as normas respeitadas. Trata-se da expressão concreta do conceito de reciprocidade difusa. As organizações internacionais também podem, em certas

circunstâncias impor aos seus membros o cumprimento das normas e regras por meio de pressão política, imposição de sanções ou até o uso de força militar.

A necessidade de administrar a cooperação deve ser tratada cuidadosamente. Se o texto do tratado não estiver claro, ou se a capacidade de uma das partes de cumprir suas obrigações não é completa, as organizações podem entrar em ação antes de qualquer descumprimento ou conflito, proporcionando formas de resolver disputas sobre as determinações do tratado ou como a própria instituição pode ajudar o Estado, com assistência financeira, por exemplo, a ser capaz de cumprir suas obrigações.

As organizações internacionais, e até aquelas não-governamentais, podem adquirir autoridade no cenário internacional de tal forma que consigam exercer poder nesta esfera, como se Estado fosse. Isso é possível apenas quando se tornam atores com legitimidade reconhecida por um conjunto significativo de atores internacionais. Evidentemente, a forma que a autoridade assume no sistema internacional é descentralizada, ao contrário dos sistemas políticos nacionais, mas isso não significa que a organização não esteja presente.

#### **4.3 Características das Organizações Internacionais**

Primeiramente, o trabalho irá abordar a constituição das organizações internacionais, e seu funcionamento. A participação dos Estados é um ato voluntário, embora em determinados casos exista uma grande pressão para os Estados façam essa escolha. Este ato representa, como no direito contratual, uma manifestação da vontade daquele sujeito de direito.

Os Estados, como sujeitos do direito internacional, são aqueles que podem fazer parte de uma organização, via de regra. Algumas exceções já foram abertas a territórios, como no caso do Sarre, que antes de ser incorporado à Alemanha em 1957, foi membro associado do Conselho da Europa.

Ao lado dos membros ordinários das organizações internacionais, existe ainda, em algumas delas, a categoria de membro associado, como no exemplo exposto acima. A palavra “associado” designa uma “situação particular” em relação à situação normal, que é aquela dos membros ordinários. É dessa forma que as organizações internacionais especializadas da ONU admitem na categoria de membros associados, territórios coloniais ou sob tutela por diversas razões. Com acesso à independência e conseqüente desaparecimento das colônias, os membros associados, ou a necessidade desta figura, estão, se não completamente, quase, extintos.

Outro tipo de figura, dentro das organizações internacionais, é o membro “afiliado”, que possui menos direitos que os associados, mas estão acima dos observadores. Eles estão representados em pelo menos um órgão da organização e também contribuem para o orçamento desta.

Esta categoria pode ser estendida a entidades não-governamentais que queiram fazer parte da organização, como no caso da Organização Mundial de Turismo. Outros doutrinadores, afirmam que membros parciais existem, nas situações em que um Estado faz parte de um dos órgãos da organização e não de todos que poderia fazer, bem como, a existência da possibilidade de um membro parcial participar de órgãos particulares ou subsidiários de uma organização, como no caso da Suíça, que participa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF<sup>9</sup>) e da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD<sup>10</sup>), ou da França, Inglaterra e Espanha, que participam da Comissão Econômica para África, em virtude dos interesses e relações especiais no continente<sup>11</sup>.

Os membros, todos eles, independente da categoria, podem ser suspensos ou até expulsos da organização. A suspensão é permissiva e não mandatória, atingindo os direitos e privilégios que aquele membro possui dentro da instituição. O Estado suspenso, no entanto, continuará tendo que cumprir suas obrigações.

À luz destas punições, dois exemplos opostos devem ser mencionados. A OIT, quando expulsa um de seus membros da organização, não o isenta de cumprir as

---

<sup>9</sup> Em inglês: United Nations Children's Fund.

<sup>10</sup> Em inglês; United Nations Conference on Trade and Development.

<sup>11</sup> MELLO, Celso D. de Albuquerque. Op. cit.p.603.

convenções internacionais do trabalho. É como se, ao encaminhar seu pedido de participação nesta organização, o Estado se compromete a cumprir suas convenções independente de qualquer coisa, incluindo sua expulsão. O que é polêmico, pois, se um membro foi expulso de uma instituição, por que este deveria continuar submetido às normas, procedimentos e decisões desta? O argumento contra a presunção de expulsão é que ela libera o estado de suas obrigações.

As organizações internacionais são criadas por meio de tratados ou convenções. Uma vez criadas, elas não se limitam aos Estados signatários do tratado, pelo contrário, novos Estados podem se tornar seus membros, bem como, outros podem perder esse *status*. Então, pode-se dizer que as organizações têm uma composição variável. O tratado institutivo adquire um aspecto de norma constitucional da organização a que as demais normas devem se subordinar. Estes acordos podem, ou não, ter prazo de duração, sua execução é feita através de diferentes atos, é interpretado pela própria organização e quando, no silêncio do tratado sobre algum assunto, os Estados não podem denunciá-lo. O tratado que cria uma organização internacional não está sujeito à reserva.

Estes tratados institutivos de organizações internacionais são multilaterais e dão origem a um ente com personalidade internacional própria, que ganha autonomia em relação aos Estados que o criaram.

Nas organizações criadas por tempo determinado, o direito de denúncia do tratado, ou seja, de retirada do membro, não deve ser admitido, a não ser que seja previsto expressamente.

Quanto às organizações internacionais criadas por tempo indeterminado, elas podem ter seus tratados prevendo o direito de denúncia ou de retirada do Estado-membro ou, quando no silêncio do tratado sobre esse tema, as teorias são divergentes, no entanto, na prática, se um Estado deseja sair de uma organização, geralmente esta não tem meios para obrigá-lo em sentido contrário. Por outro lado, no tocante a manifestações das delegações das grandes potências quando da elaboração da ONU, elas admitem o direito de retirada, acreditando que, se ao assinar o tratado o Estado está manifestando livremente sua vontade, ele deve ter o direito de manifestar sua vontade de se retirar.

Quanto à interpretação do tratado ser exclusiva da organização, esta pode ser realizada através de divisão entre seus diferentes órgãos. Na Conferência de São Francisco, em 1945, a Bélgica solicitou que o órgão que interpretaria a Carta da ONU fosse definido e após intensas discussões, decidiu-se que, caberia a cada órgão interpretar a parte da Carta relativa às suas funções. Além disso, outras possibilidades foram criadas, especificamente para a interpretação da Carta da ONU, como por exemplo, se dois órgãos possuem funções similares e deveriam interpretar a Carta simultaneamente, pode-se pedir parecer à CIJ. A interpretação de um texto constitucional em uma organização internacional pode servir de precedente para outra organização internacional.

Os tratados da Convenção de Viena, em 1969, por exemplo, têm suas normas de interpretação utilizadas para os tratados entre Estados. Assim, as palavras devem ser interpretadas dentro do contexto e não abstratamente. Uma determinada prática pode ficar o sentido comum de um texto. A intenção subjetiva não é importante na interpretação dos tratados. O próprio sentido comum de uma palavra pode ser modificado pelo princípio da efetividade.

A exemplo das sociedades de direito privado, as organizações internacionais possuem um estatuto interno que regula as relações entre os seus órgãos. A existência de um ordenamento interno decorre do fato de ser um ente social. A existência deste estatuto interno foi consagrada na jurisprudência no seguinte parecer consultivo da CIJ:

Em seu parecer, a Corte começou analisando a primeira das questões a ela submetidas. Esta questão, geral e abstrata, encontra-se estritamente limitada em seu alcance. Se compararmos seus termos com aqueles do Estatuto do Tribunal, vemos que ela se refere apenas aos julgamentos do Tribunal dentro dos limites de sua competência estatutária. Além disso, ficou claro, através dos documentos apresentados à Corte, que a questão referia-se somente aos julgamentos realizados por um Tribunal regularmente constituído. Finalmente, ela tratou somente de julgamentos realizados pelo Tribunal em favor de funcionários cujos contratos de serviço foram rescindidos sem seu consentimento.

A resposta dada à esta questão – que não envolve um exame dos julgamentos que deram origem à requisição de um parecer consultivo – depende do Estatuto do Tribunal, bem como do Estatuto e Regulamento de Pessoal. Depois do exame destes textos, a Corte entendeu que o Estatuto do Tribunal emprega uma terminologia jurídica: “conhecer das demandas”, “tribunal”, “julgamento”. Contém também disposições essencialmente jurídicas, quando anuncia que “em caso de contra-memorial de sua competência, o Tribunal decide” e que “os julgamentos

são definitivos e sem recurso”. Segue-se que o Tribunal é instituído como um corpo independente e verdadeiramente judicial, que pronuncia julgamentos definitivos e sem recurso no quadro limitado de suas funções. O poder lhe é conferido para determinar a anulação de decisões tomadas pelo Secretário Geral das Nações Unidas – o mais alto funcionário da Organização – confirma o seu caráter judicial: tal poder dificilmente poderia ter sido conferido a um órgão subordinado ou consultivo. [...]

Já que a Organização se torna legalmente obrigada a realizar o julgamento e a pagar a indenização de compensação ao funcionário, segue-se que a Assembléia Geral, como um órgão das Nações Unidas, deve igualmente estar obrigada. Esta conclusão é confirmada pelas cláusulas do Estatuto do Tribunal, que deixa claro que o pagamento da indenização de compensação conferida pelo Tribunal é uma obrigação das Nações Unidas como um todo ou, sendo o caso, de uma agência especializada interessa<sup>12</sup>.

Tendo em vista os tópicos previamente discutidos em relação à constituição das organizações internacionais, o trabalho tratará agora da criação dos órgãos próprios de cada. Suas finalidades e objetivos, e como são constituídos.

Cada organização internacional possui um quadro de órgãos próprios que variam de acordo com a finalidade de cada organização. Mas, de um modo geral, elas apresentam: um Conselho (órgão executivo, onde apenas alguns Estados estão representados), uma Assembléia (onde todos os membros estão representados) e um Secretariado (órgão administrativo). O seu Diretor, ou Secretário é eleito de acordo com cada organização. Nas Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO<sup>13</sup>) e a União Internacional de Telecomunicações (UIT), por exemplo, é eleito pela Assembléia.

Também é decidido individualmente, por organização, a periodicidade na qual as reuniões de sua Assembléia, ou Conferência, irá se reunir. Aproveitando os exemplos dados acima, a OMS se reúne anualmente, a UNESCO, a cada dois anos e a UIT, a cada cinco anos.

<sup>12</sup> HOLANDA. Parecer consultivo da CIJ. *Efeitos da Sentença de Compensação Proferida pelo Tribunal Administrativo das Nações Unidas*. Haia, Holanda, 13 de Julho de 1954. Disponível em: [www.cedin.com.br/060topic\\_pdf/pdf\\_cij/pareceres%20consultivos\\_1953.pdf](http://www.cedin.com.br/060topic_pdf/pdf_cij/pareceres%20consultivos_1953.pdf). Acesso em: 10 nov. 2008.

<sup>13</sup> Em inglês: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.



Os órgãos principais de uma organização internacional são definidos pelo tratado que a criou, o que nada impede, todavia, que outros órgãos sejam criados, posteriormente, como subsidiários. Esta expressão, órgão subsidiário, também pode ser entendida como, órgão especializado, órgão auxiliar, comissão, comitê ou grupo de trabalho. E, caso este seja estabelecido no tratado institutivo da organização, ele só poderá ser alterado de qualquer maneira através da modificação do próprio tratado, possuindo assim, o mesmo *status* de um órgão principal.

Desprovidas de território próprio, as organizações internacionais deverão estabelecer-se no território dos Estados-membros. Para tanto, firmam os chamados acordos de sede com o Estado anfitrião. Podem centralizar suas atividades num único local, como por exemplo, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em Viena, ou ainda, pulverizar suas instituições no território de dois, ou mais, Estados-membros, como é o caso da ONU, que possui sua sede principal nos EUA e uma sede européia na Suíça, além de instituições localizadas em outros Estados<sup>14</sup>.

O financiamento das organizações intergovernamentais é realizado por meio de contribuições de seus Estados-membros para o pagamento das despesas. A fixação da quantia com que cada Estado deve contribuir é geralmente determinada por um órgão que recebe competência para isto, ou ainda, pelo próprio tratado que criou a organização. E esta pode contrair empréstimo.

Quanto ao processo decisório, as organizações internacionais são, em geral, compostas por um corpo de representação ampla, como uma Conferência ou Assembléia por um secretariado permanente, responsável pelas tarefas administrativas e, em muitos casos, um corpo menor com uma representação mais restrita.

O voto por maioria, o voto proporcional ou qualificado e a delegação do poder de veto a um grupo restrito de países são práticas amplamente disseminadas. O princípio de “um Estado um voto” expressa o respeito pelo princípio da igualdade de soberania. As decisões baseadas no consenso, ou seja, todos os países têm poder de veto, expressam o respeito pelo princípio da soberania – os Estados têm autoridade em última instância para

---

<sup>14</sup> A sede européia localizada na Suíça demonstrou que uma OI poderia instalar-se no território de um Estado não-membro, pois o ingresso da Suíça na ONU ocorreu posteriormente (em 10/09/2002).

decidir sobre questões domésticas e internacionais. Contudo, esses dois formatos não caracterizam grande parte dos processos decisórios das organizações internacionais. Muitas vezes, este processo varia de acordo com o tema tratado.

O processo decisório dentro das organizações intergovernamentais convive com a tensão entre o conceito de soberania e a produção de decisões que implicam a flexibilização desse mesmo conceito, pois geram uma interferência externa nos assuntos de política externa e doméstica dos Estados. Na maior parte das organizações, o processo decisório é baseado em instâncias governamentais, ou seja, os Estados estão representados. Algumas incluem, no entanto, instâncias supranacionais, em que o órgão decisório não é composto por representantes de Estados. Poucas organizações internacionais adquirem autoridade supranacional sobre os membros, e a maior parte das decisões são apenas recomendações, que somente serão implementadas se os Estados assim o desejarem. No entanto, o processo decisório e sua eficácia serão detalhados no próximo capítulo de forma mais detalhada.

As decisões das organizações internacionais, quanto à natureza de sua competência, podem ser financeiras, administrativas, orgânicas (relativas aos órgãos), de procedimento (adoção de regulamento), ou até a expressão de uma opinião.

Os poderes de uma organização internacional são fixados pelo tratado que a cria, visando atender às finalidades comuns de seus membros, os objetivos pelos quais eles se uniram com um ideal em comum. No entanto, a jurisprudência e a doutrina têm admitido a existência nas organizações de “poderes implícitos”, pacífica doutrina constitucional norteamericana, pela qual, nos baseamos que, para poder exercer sua função, atingir o objetivo pelo qual a organização foi criada, esta deveria dispor automaticamente, ou melhor, implicitamente todos os poderes necessários para efetivamente realizar suas funções. Os poderes implícitos são direitos escritos que a organização precisa ter para atender seus fins. Estes poderes têm que estar vinculados ao funcionamento das organizações internacionais.

Desenvolveu-se também a teoria dos “poderes inerentes”, que surgiu no parecer da CIJ, em 1962, sobre despesas da ONU, no qual se sustenta que a organização pode empreender toda ação que seja adequada para a realização de seus fins. A parte do parecer mencionada é:

Tendo considerado o problema geral de interpretação do artigo 17, parágrafo 2º, à luz da estrutura geral da Carta e das respectivas funções da Assembléia Geral e do Conselho de Segurança, de modo a determinar o sentido da frase “despesas da Organização”, a Corte procedeu à análise das despesas enumeradas na demanda por um parecer. Ela admitiu que estas despesas deveriam ser apreciadas com relação aos objetivos das Nações Unidas, no sentido que, se uma despesa fosse feita com um objetivo estranho aos das Nações Unidas, ela não poderia ser considerada como uma “despesa da Organização”. Quando a Organização toma medidas que são apropriadas à implementação dos objetivos das Nações Unidas previstos no artigo 1º da Carta, presume-se que esta ação não ultrapassa os poderes da Organização. Se a ação foi tomada por um órgão não competente, trata-se de uma irregularidade, mas não significa, necessariamente, que as despesas contraídas não eram despesas da Organização. Tanto o direito nacional quanto o internacional contemplam casos em que uma pessoa jurídica ou um organismo político possa estar ligado pelo ato *ultra vires*<sup>15</sup> de um Agente. Como a Carta das Nações Unidas não incluía qualquer procedimento para a determinação da validade dos atos dos órgãos das Nações Unidas, cada um deveria, em primeiro lugar, determinar a sua própria competência. Se o Conselho de Segurança adotasse uma resolução visando à manutenção da paz e da segurança internacional, e se, de acordo com tal resolução, o Secretário Geral contraísse obrigações financeiras, presumir-se-ia que este montante constitui “despesas da Organização”<sup>16</sup>.

No entanto, os poderes que as organizações internacionais, via de regra, possuem, de forma inerente a elas, são:

- a) concluir tratados;
- b) enviar e receber representantes diplomáticos;
- c) organizar o seu funcionamento interno;
- d) ter privilégios e imunidades;
- e) promover conferências internacionais;
- f) participar de quaisquer conferências internacionais;
- g) apresentar reclamações internacionais;
- h) ser depositário de tratados;e

<sup>15</sup> “Além dos poderes”.

<sup>16</sup> HOLANDA. Parecer consultivo da CIJ. *Certas Despesas das Nações Unidas*. Haia, Holanda, 20 de Julho de 1962. Disponível em: [http://www.cedin.com.br/060topic\\_pdf/pdf\\_cij/pareceres%20consultivos\\_1961.pdf](http://www.cedin.com.br/060topic_pdf/pdf_cij/pareceres%20consultivos_1961.pdf). Acesso em: 09 de nov. 2008.

- i) participar de arbitragem internacional.

Os poderes inerentes são aqueles que a organização necessita de fato.

No exercício de seus poderes, as organizações internacionais muitas vezes criam, por meio de deliberações, normas internacionais. Estas deliberações, porém, nem sempre têm valor obrigatório, como nos casos de recomendações, votos e ditames. Resoluções, regulamentos e decisões, estes sim, têm valor obrigatório. Não se aplica nas organizações internacionais a doutrina do excesso de poderes, pois há presunção de que seus atos são sempre válidos e legais, assim como há uma presunção em favor de sua legalidade.

Em contrapartida, as organizações internacionais também são passíveis de responsabilidade internacional, por comissão e omissão, de maneira bem parecida aos Estados. Ela surge quando há violação do DI ou o não cumprimento dos deveres internacionais. São assim, plenamente responsáveis pelos atos dos seus órgãos competentes, bem como pelos dos incompetentes. Os atos particulares praticados dentro de suas sedes também são de responsabilidade da organização, que deve evitá-los, se não, reprimi-los. Sendo assim, não apenas responsáveis perante os demais sujeitos da sociedade internacional, mas também perante seus próprios funcionários.

A responsabilidade internacional das organizações possui um aspecto particular, segundo o professor Celso Mello, que é o de a responsabilidade repercutir nos seus Estados-membros. Assim sendo, se uma organização for obrigada a pagar uma indenização, este pagamento será feito através de contribuições dos membros, uma vez que ela não tem independência financeira<sup>17</sup>.

Um Estado-membro de organização internacional pode ser responsável, individualmente, por ato praticado pela organização como um todo se ele foi o provocador do ato ilícito ou o tolerou tendo meios para evitá-los. Os Estados são também responsáveis perante organizações internacionais. Para as organizações internacionais terem

---

<sup>17</sup> MELLO, Celso D. de Albuquerque. Op.cit.p.609

responsabilidade internacional, precisam possuir personalidade jurídica na ordem internacional.

Já a sucessão nas organizações internacionais é assunto tratado de maneira diversa da sucessão de Estados. Esta é regulamentada, caso a caso. Assim a Alemanha Ocidental herdou as obrigações da Alemanha Oriental perante a ONU. É rara a dissolução de uma organização, pois, criada com o objetivo de permanência, a morte de um organismo consiste em seu fracasso definitivo. O fenecimento das circunstâncias que motivaram um esforço coletivo com a criação das organizações internacionais relacionadas a elas obriga os Estados-membros a optar pelo seu desaparecimento. Assim ocorreu com o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON).

O direito de convenção das organizações internacionais é indiscutível, assim como o dos Estados. A Carta da ONU, por exemplo, prevê a conclusão de acordos internacionais:

#### Artigo 43

1. Todos os Membros das Nações Unidas, a fim de contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais, se comprometem a proporcionar ao Conselho de Segurança, a seu pedido e de conformidade com o acordo ou acordos especiais, forças armadas, assistência e facilidades, inclusive direitos de passagem, necessários à manutenção da paz e da segurança internacionais.
2. Tal acordo ou tais acordos determinarão o número e tipo das forças, seu grau de preparação e sua localização geral, bem como a natureza das facilidades e da assistência a serem proporcionadas.
3. O acordo ou acordos serão negociados o mais cedo possível, por iniciativa do Conselho de Segurança. Serão concluídos entre o Conselho de Segurança e Membros da Organização ou entre o Conselho de Segurança e grupos de Membros e submetidos à ratificação, pelos Estados signatários, de conformidade com seus respectivos processos constitucionais.

#### Artigo 57

1. As várias entidades especializadas, criadas por acordos intergovernamentais e com amplas responsabilidades internacionais, definidas em seus instrumentos básicos, nos campos econômico, social, cultural, educacional, sanitário e conexos, serão vinculadas às Nações Unidas, de conformidade com as disposições do Artigo 63.

2. Tais entidades assim vinculadas às Nações Unidas serão designadas, daqui por diante, como entidades especializadas.

#### Artigo 63

1. O conselho Econômico e Social poderá estabelecer acordos com qualquer das entidades a que se refere o Artigo 57, a fim de determinar as condições em que a entidade interessada será vinculada às Nações Unidas. Tais acordos serão submetidos à aprovação da Assembléia Geral.  
2. Poderá coordenar as atividades das entidades especializadas, por meio de consultas e recomendações às mesmas e de recomendações à Assembléia Geral e aos Membros das Nações Unidas.

#### Artigo 105

1. A Organização gozará, no território de cada um de seus Membros, dos privilégios e imunidades necessários à realização de seus propósitos.  
2. Os representantes dos Membros das Nações Unidas e os funcionários da Organização gozarão, igualmente, dos privilégios e imunidades necessários ao exercício independente de sus funções relacionadas com a Organização.  
3. A Assembléia Geral poderá fazer recomendações com o fim de determinar os pormenores da aplicação dos parágrafos 1 e 2 deste Artigo ou poderá propor aos Membros das Nações Unidas convenções nesse sentido<sup>18</sup>.

O primeiro acordo concluído por uma organização internacional foi o do Bureau de Pesos e Medidas, em 1875, com a França, sobre medidas administrativas de sua sede, em Paris. Os acordos assinados pela organização e seus membros são chamados de acordos mistos.

Em 1986 foi concluída, sob os auspícios da ONU, uma Convenção sobre Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais, cujos apenas alguns exemplos das normas criadas são:

- a) o ato de ratificação dado por uma organização internacional chama-se “ato de confirmação formal”;
- b) a convenção só abrange os tratados em forma escrita;

<sup>18</sup> EUA. *Carta da ONU*. São Francisco, 26 de junho de 1945. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc6.php>. Acesso em 10 nov. 2008.

- c) a convenção não é retroativa;
- d) o tratado aprovado em uma conferência internacional deve ser por 2/3 dos Estados presentes e votantes;
- e) um tratado é obrigatório a partir da assinatura;<sup>e</sup>
- f) são admitidas como causas de nulidade a fraude, erro, violação de “*jus cogens*”<sup>19</sup> e coação.

Como pessoas do direito internacional, as organizações internacionais precisam manter relações com outros sujeitos e atores da sociedade internacional, tendo assim, direito de legação. Elas têm o direito de missão ativo, bem como o direito de missão passivo. Este último aspecto apresenta dificuldades para as organizações internacionais, uma vez que elas, não possuindo soberania territorial, não podem assegurar os privilégios e imunidades dos agentes diplomáticos estrangeiros, e, para atenderem esta necessidade, elas assinam acordos de privilégios e imunidades com os Estados onde estão as suas sedes.

O direito de missão ativo é exercido por observadores. É através deles que as organizações internacionais mantêm relações, os quais são creditados junto aos órgãos deliberativos e não junto à parte administrativa. Não são permanentes e seus poderes, ou privilégios, são bem mais restritos do os dos agentes diplomáticos. Eles podem usar da palavra junto aos órgãos que os recebem e mesmo propor moções. Beneficiam-se somente das garantias necessárias para atingir a sede da organização onde vão servir e de permanecer no território onde ela se encontra<sup>20</sup>.

Ao lado dos seus observadores, para exercer seu direito de missão, as organizações internacionais se utilizam de missões de ligação que são permanentes e colocam em contato os Secretariados. Assim a OIT, a OMS e a UNESCO têm o seu Bureau permanente de ligação junto à ONU.

---

<sup>19</sup> “direito obrigatório”.

<sup>20</sup> Os Estados-membros nunca permitiram às comunidades enviarem embaixadores, mas apenas os chamados “chefes de delegação”, que mantêm contatos, mas não têm poder para negociar, apenas trabalhando para fornecer informações.

Especificamente na ONU existem duas categorias de observadores: os temporários, que de acordo com a Resolução nº 3.280 de 1974 podem ser os movimentos de libertação nacional reconhecidos pela Organização de Unidade Africana (OUA), por exemplo, a serem os convidados a participar de alguma reunião como observadores sobre os temas a eles relacionados, como também podem ser Estados não membros, territórios, organizações, entre outros, desde que possuam convite específico. A segunda categoria é composta pelos observadores permanentes, ou seja, os Estados não membros que têm representação permanente creditada junto à sede, como a Santa Sé, as organizações internacionais que receberam um convite permanente para assistir os trabalhos da Assembléia como observadores (a Liga dos Estados Árabes serve como exemplo para este tipo) e, finalmente, outras organizações que receberam convite permanente da Assembléia Geral para participar das sessões e trabalhos deste órgão como observadores, dentre as quais podemos destacar a Organização pela Liberdade da Palestina (OLP), a qual tem acesso aos principais comitês da Assembléia Geral e ao seu plenário. O Estado, para designar um observador, necessita ser reconhecido diplomaticamente por uma maioria de Estados-membros da ONU e participar de organizações especializadas.

A Convenção de Viena sobre representação dos Estados em suas relações com organizações internacionais de caráter universal (1975) estabeleceu que os representantes dos Estados seja qual for o tipo de delegação, têm direito a privilégios e imunidades. Esta equiparação, porém, entre Estado-membro e Estado-observador criou polêmica, e até agora os EUA e a Suíça não a ratificaram.

As organizações internacionais também se diferenciam bastante quanto ao seu tamanho e funções. Algumas são compostas por apenas três membros, outras contam com quase a totalidade dos Estados do sistema. Algumas têm funções bastante específicas e técnicas, outras lidam com a governança global de uma forma ampla. Essa variação permite que classifiquemos as organizações seguindo diversos critérios, como, por exemplo, o geográfico.

Com base na classificação das professoras Mônica Herz e Andréa Hoffmann, algumas organizações são regionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), ou a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), outras são globais como a



Organização Mundial do Comércio (OMC) ou a Organização Mundial de Saúde (OMS). As organizações podem ainda ser classificadas segundo suas funções: umas gerais, exercendo um conjunto muito variado de funções e não são definidas a partir das mesmas, outras são especializadas como a UNICEF ou a OIT<sup>21</sup>.

#### **4.4 Personalidade Jurídica das Organizações Internacionais**

As pessoas internacionais são os destinatários das normas jurídicas internacionais. São todos os entes que possuem direitos e deveres perante a ordem jurídica internacional. A CIJ declarou que pessoa internacional é aquela que também possui capacidade para agir no plano internacional. No entanto, a capacidade de tais entes no DI interessa apenas à sua classificação, mas não para a sua conceituação como pessoa internacional. Neste aspecto, adotaremos a visão de renomados juristas brasileiros, como Celso Mello e Guido Soares, de que a pessoa física ou jurídica a quem a ordem internacional atribui direitos e deveres é transformada em pessoal internacional, isto é, em sujeito do DI.

Com base no jurista Balladore Pallieri, é possível afirmar que normas gerais que atribuem a personalidade a determinados entes internacionais existem, isto é, todos os entes que preencheram as condições fixadas na norma geral passam a ser sujeitos do DI. Deste modo, existiria um princípio constitucional no ordenamento jurídico internacional que determinaria quais os entes que, ao preencherem tais condições, se tornariam sujeitos de direito<sup>22</sup>. Estas condições seriam:

- a) “fins compatíveis” com a sociedade internacional; e

---

<sup>21</sup> HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andréa Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 27.

<sup>22</sup> in MELLO, Celso D. de Albuquerque. Op.cit.p.347.

- b) ter uma organização que lhe permita entrar em relações com os demais sujeitos internacionais, bem como ser responsável pelos seus atos.

A norma atributiva de personalidade pode ser considerada como sendo única: a que fixa as condições de uma coletividade ser considerada como Estado. As demais pessoas internacionais foram criadas pelos Estados, surgindo assim as organizações internacionais, e o próprio homem, que se tornaram destinatários das normas internacionais pelos tratados e convenções concluídos pelos Estados.

As organizações internacionais, ao se constituírem em um ente de aspecto estável, passam a ter uma personalidade internacional independente da personalidade jurídica de seus membros. A idéia de personalidade, independente, da organização internacional de seus Estados-membros se desenvolveu com a ONU.

Esta personalidade internacional, em relação à ONU, foi reconhecida pela CIJ em 1949 em um parecer consultivo marcante que declarava que:

A Corte fez, então, algumas observações, preliminares à questão a ela submetida. Prosseguiu definindo determinados termos da demanda, e analisando o conteúdo da fórmula: “a capacidade para se fazer uma reivindicação internacional”. Um Estado certamente tem esta capacidade. Uma Organização Internacional também a teria? Isto equivale perguntar se a Organização tem personalidade internacional. Para responder a esta questão, que não é solucionada expressamente pela Carta da ONU, a Corte considerou, em seguida, as características que a Carta pretendeu dar à Organização. Neste sentido, a Corte constatou que a Carta conferiu à Organização direitos e deveres distintos daqueles conferidos a seus membros. A Corte salientou, igualmente, as importantes tarefas políticas da Organização: a manutenção da paz e a segurança internacional. Por fim, a Corte concluiu que a Organização, como detentora de direitos e obrigações, tem uma larga medida de personalidade internacional e capacidade para operar no plano internacional, embora não seja certamente um super-Estado<sup>23</sup>.

Todavia, a Corte ainda julgou necessário detalhar as diferenças entre a personalidade jurídica dos Estados e a da ONU:

---

<sup>23</sup> HOLANDA. Parecer da CIJ. *Reparação de Danos Sofridos a Serviços das Nações Unidas*. Haia, Holanda, 11 de abril de 1949. Disponível em: [http://www.cedin.com.br/060topic\\_pdf/pdf\\_cij/pareceres%20consultivos\\_1948.pdf](http://www.cedin.com.br/060topic_pdf/pdf_cij/pareceres%20consultivos_1948.pdf). Acesso em 10 nov. 2008.

Enquanto um Estado possui, na sua totalidade, os direitos e deveres internacionais reconhecidos pelo direito internacional, os direitos e deveres de uma entidade tal qual a Organização das Nações Unidas devem depender de seus objetivos e funções, enunciados ou implícitos, pelo seu ato constitutivo e desenvolvidos na prática.

Mesmo possuindo personalidade distinta da dos Estados, a CIJ chegou a conclusão de que a organização é uma pessoa internacional. Afirmá-lo, contudo, não equivaleria a dizer que a OI seja um Estado, o que ela certamente não é, ou que sua personalidade jurídica, seus direitos e deveres sejam os mesmos de um Estado. Ainda menos seria a organização um “super-Estado”. Este mesmo raciocínio tem sido aplicado às demais organizações internacionais.

Sua personalidade deveria ser reconhecida até pelos Estados que não são membros. E aqueles que o são, não podem concluir um tratado que viole tratado institutivo de uma organização internacional que faça parte. De acordo com a doutrina, sua personalidade começa a existir no momento em que a organização começa a funcionar efetivamente. Aplica-se, desta forma, o princípio da efetividade<sup>24</sup>. A personalidade jurídica da instituição também pode estar atrelada ao tratado constitutivo que criou a organização, ou um adendo ao mesmo, como no caso do Protocolo de Ouro Preto (1994), que em seu artigo 34 reconheceu a personalidade jurídica internacional do Mercosul<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Determina que a organização exerça de modo real e concreto seus direitos e deveres.

<sup>25</sup> “Artigo 34: O Mercosul terá personalidade jurídica de Direito Internacional”. BRASIL. Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul, Minas Gerais, Brasil, 17 de dez de 1994. Disponível em: [http://www2.uol.com.br/actasoft/actamercosul/espanhol/protocolo\\_de\\_ouro\\_preto.htm](http://www2.uol.com.br/actasoft/actamercosul/espanhol/protocolo_de_ouro_preto.htm). Acesso em: 11 nov. 2008.

## **5. EFICÁCIA DAS DECISÕES DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS**

A principal função das organizações internacionais é de natureza deliberativa, decorrente do encontro de informações e idéias que caracterizam o esforço coletivo internacional. Muito próximas das competências jurídicas exercidas pelos Estados, elas se apresentam como competências normativas, operacionais, de controle e outras semelhantes às competências de governo, denominadas impositivas.

Dois aspectos são importantes para que possamos entender a dimensão e os limites da atuação das organizações internacionais. A natureza, alcance e formulação de sua competência são os fundamentos básicos para delimitar a eficácia de suas decisões, bem como, é necessário que os meios materiais dos quais a organização dispõe para avaliar sua eficácia na prática.

### **5.1. Decisões das Organizações Internacionais**

O sistema de tomada de decisões, regras que se dividem entre aquelas que impõem a unanimidade para que um organismo toma uma decisão e as que estabelecem diferentes tipos de maioria como *quorum* para definir o resultado das votações. O processo decisório foi superficialmente abordado em item anterior e será mais bem detalhado a seguir.

O princípio da unanimidade apresenta uma grande vantagem e um nítido inconveniente. A primeira prende-se à legitimidade da decisão, que por ter sido aprovada, ou reprovada, unanimemente, terá boas chances de ser eficaz, na medida em que inexistente, presumidamente, oposição ou obstáculo à execução daquilo que foi decidido. O segundo, o inconveniente, refere-se à extraordinária dificuldade em alcançar a unanimidade, ainda

mais se levando em conta a lentidão dos processos internos das organizações internacionais. A maior característica destas instituições é a diversidade de seus membros, ocasionando assim, a disparidade de suas expectativas e interesses.

Esse tipo de processo decisório pode acarretar diversas rodadas de negociação, a maioria sem êxito algum, e um significativo esforço de conhecimento mútuo e habilidade para compor interesses que nem sempre estão presentes. Por essa razão, a chamada unanimidade *stricto sensu* modificou-se ao longo do tempo e ainda persiste em escassos organismos internacionais, como a OTAN.

Um exemplo do problema que pode gerar esse tipo de processo decisório é a famosa Rodada Doha, que constitui o principal elemento do comércio mundial. De fato, se trata de exaustivas negociações entre as maiores potências comerciais do mundo, com o objetivo de diminuir as barreiras comerciais, focando o livre comércio. As negociações receberam o nome de “Doha”, capital do Qatar, pois foi nessa cidade que os países começaram a discutir a abertura do comércio mundial, em 2001. Todas essas questões foram grandemente discutidas nas rodadas em Cancun, Genebra, Paris e Hong Kong, porém até hoje não há um consenso mundial a respeito da abertura comercial<sup>26</sup>.

As alterações necessárias para evitar essas situações geraram a unanimidade fracionada, pela qual fazem-se acordos parciais que vinculam apenas os Estados que votaram favoravelmente a determinada decisão, eximindo assim os demais membros da organização de seu cumprimento.

Já a unanimidade limitada pratica-se no Conselho de Segurança (CS) da ONU, na medida em que os membros permanentes deste órgão dispõem na prática de um direito de veto a qualquer decisão da organização. Deste modo, a ausência de um dos membros

---

<sup>26</sup> O principal problema da Rodada Doha, ou seja, do comércio mundial, é a preocupação de cada país nos efeitos de uma política liberalizante que supostamente trariam desemprego em países que não estão aptos a concorrer de forma igual. Se as nações em desenvolvimento como Brasil e Índia querem que a União Européia (UE) e os EUA diminuam os incentivos oferecidos pelo governo aos produtores, proporcionando a redução dos custos de produção, os países desenvolvidos querem em troca, a abertura aos produtos manufaturados europeus e americanos. Recentemente, o Brasil e a Índia, as principais potências comerciais em desenvolvimento, abandonaram as negociações da Rodada Doha, levando o mundo à frustração e à descrença a respeito da liberação do comércio mundial, já que os principais países realizarão, ou já realizaram, eleições recentemente, adiando ainda mais as esperanças de negociações futuras.

permanentes ou sua abstenção não impede que se determine um resultado unânime, porém limitado.

A unanimidade formal, por sua vez, tem como objetivo impedir a paralisia que poderia decorrer da abstenção reiterada de alguns membros. Trata-se da busca do chamado consenso, que pode ser definido como a ausência de objeção, pois é uma espécie não-voto, que assegura a busca de uma redação ou de outro ato decisório que contemple a ausência de uma contrariedade expressa<sup>27</sup>.

Se as regras ou referências ao sistema decisório da organização estiver em seu tratado constitutivo, estas serão cruciais na definição do perfil da organização. Trata-se da necessidade, ou não, da presença, por exemplo, de todos os Estados-membros em suas reuniões, como ocorre na estrutura institucional do Mercosul, por força do artigo 37 do Protocolo de Ouro Preto<sup>28</sup>. Esta disposição impede que quaisquer temas sejam discutidos na ausência de um possível interessado, nivelando a importância dos membros. Ao mesmo tempo em que concede a todos os países, na prática, o direito de veto, que pode manifestar-se além do voto negativo, pela simples ausência do Estado em questão.

Outro tipo de sistema de decisão, aquele por maioria, pode ser quantitativo, qualitativo ou misto. O primeiro considera cada Estado como um voto. Nestas circunstâncias, pode estipular diversos *quorums*, seja a chamada maioria simples, de 50% (cinquenta por cento) mais um dos membros, ou qualificada, de dois terços ou três quartos. O tratado constitutivo da organização pode prever diferentes *quorums* para cada tipo de tema a ser enfrentado.

O segundo tipo de maioria, a qualitativa, diferencia os membros segundo critérios próprios a cada organização. Trata-se do denominado voto ponderado, pois se atribui a cada Estado-membro um determinado coeficiente a ser computado quando da votação. É como,

---

<sup>27</sup> A Conferência de Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) introduziu, desde 1992, duas modalidades de consenso. O consenso menos um garante a um dos Estados-Partes a possibilidade de não executar uma decisão de princípio, não aceita por ele, em seu território, como uma exceção. O consenso menos dois estipula que, no caso específico de um litígio entre dois Estados, se ambos estiverem inconformes com a decisão tomada, ainda assim a mesma alcança a sua eficácia, com base no princípio de imparcialidade da decisão.

<sup>28</sup> Artigo 37: “As decisões dos órgãos do Mercosul serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes”. Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul. *Op. cit.*

em linguagem coloquial, dizemos que determinado voto tem “peso” diferenciado. Os critérios podem ser, entre outros, o tamanho da população ou a disponibilidade de forças armadas. Nos organismos de internacionais em geral, de cooperação e financiamento econômico, tais como o BIRD, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e FMI, introduziu-se o voto ponderado, calculado com base nas cotas que cada país-membro possui.

O terceiro, e último tipo existente, de maioria é a mista, a qual exige uma dupla maioria, somando a quantitativa à qualitativa. Assim funciona o CS da ONU que, para tomar uma decisão, precisa de dois terços dos votos dos seus membros. Ocorre que, entre estes dois terços, devem estar, obrigatoriamente, os votos dos cinco membros permanentes ou, ao menos, estes devem ter recorrido à abstenção. O voto contrário de um membro permanente, ainda que existam dois terços de votos favoráveis, vetará a tomada de uma decisão pelo Conselho<sup>29</sup>.

Tendo discorrido sobre os sistemas decisórios que as organizações internacionais podem ter estabelecido, passaremos agora a analisar a competência das decisões tomadas por estes entes internacionais.

As competências normativas das organizações internacionais podem ser dirigidas ao exterior (Estados, outras organizações) ou ao interior da própria organização, objetivando a melhoria de seu funcionamento. Com relação à primeira opção, ao exterior, sua competência manifesta-se pelo uso de três tipos de instrumentos normativos. As convenções, regulamentos e recomendações.

As convenções são tratados firmados entre Estados, membros ou não da organização, ou com outras organizações internacionais. Têm um papel convocatório com vistas à realização de uma conferência diplomática que se desenrolará sob seus auspícios. Pode, ainda, elaborar convenções a serem aplicadas pelos Estados-membros, como ocorre no caso da OIT, OEA ou do Conselho da Europa, e servir como guarda material e gestora dos tratados gerados a partir da reunião.

---

<sup>29</sup> O sistema tripartite da OIT é a exceção. Cada país tem direito a quatro votos, sendo dois do governo, um patronal e um dos trabalhadores. Não se trata propriamente de uma ponderação, mas de uma natureza diversa da organização, que ultrapassa à representação nacional para buscar em cada país setores privados, que certamente poderão emitir votos de conteúdo diferenciado, sendo oriundos do mesmo Estado.

Nas organizações internacionais que possuem claro papel de coordenação, em questões essencialmente técnicas do convívio internacional, encontramos uma segunda forma de exercício da competência normativa, os chamados regulamentos, os quais destinam-se aos Estados-membros e objetivam uniformizar condutas. A OMS criou regulamentos sanitários, por exemplo. Também são utilizados nos casos de organizações como a UE, cujo quadro institucional desfruta, em parte, de supranacionalidade, o que confere à norma coletiva poder de coerção sobre os membros, encontramos igualmente a edição de regulamentos.

E, finalmente, as recomendações, cuja condição normativa pode ser discutida, e já existiam nas conferências internacionais antes mesmo da criação das organizações internacionais. Elas, em regra geral, têm um valor apenas moral, todavia, em alguns casos, elas podem se apresentar como obrigatórias. Apresentadas como simples resoluções<sup>30</sup>, seu valor jurídico pode ser definido no tratado constitutivo (como na OIT). Em geral, dirigem-se aos Estados-membros sob a forma de simples proposta. Neste caso, dos pontos de vista jurídico, uma recomendação não cria uma norma, não tem caráter obrigatório. Seus efeitos são de difícil avaliação, pois dependem do teor da recomendação e da atitude do Estado que a receber. Certas recomendações, inclusive, podem fornecer às organizações internacionais meios limitados de controle. Nestes casos, os Estados que não desejam acatar as recomendações, devem justificar suas razões.

As declarações emanadas da Assembleia Geral da ONU não são obrigatórias e são assimiladas às recomendações. Contudo, como representam a tendência do DI, pois reúne a totalidade dos Estados, em perfeita igualdade jurídica, a AG é o órgão de maior representatividade dos interesses coletivos internacionais, elas têm um papel importante na elaboração do DI costumeiro, ou até mesmo convencional. Muitas vezes as declarações são repetidas porque elas não produziram os efeitos desejados. No entanto, têm gerado grandes divergências entre os Estados, sobre seu valor jurídico. Opondo-se ao caráter restrito do Conselho de Segurança, a universalidade da AG delega ampla legitimidade às suas resoluções.

---

<sup>30</sup> A palavra “resolução” é usada pela Assembleia Geral (AG) da ONU tanto para os atos obrigatórios como para os não obrigatórios. Ocorre o mesmo com a palavra “decisão”, que para alguns autores seriam os atos obrigatórios e para outros as resoluções que tratam de questões menos importantes.



Segundo a classificação de Castañeda, as recomendações emanadas da AG podem se identificadas da seguinte forma<sup>31</sup>:

- a) as recomendações *stricto sensu* que constituem “resoluções emitidas com a intenção de não obrigar seus destinatários”;
- b) resoluções referentes à manutenção da paz e da segurança internacionais;
- c) resoluções que determinam fatos ou situações jurídicas concretas;
- d) resoluções objetivando expressar e registrar um acordo entre os Estados-membros; e.
- e) resoluções contendo declarações ou outros pronunciamentos de caráter geral.

Porém, os valores das recomendações da AG podem estar nos campos político e moral, pois são tão diversas e têm valor tão desigual que impedem que sejam consideradas fontes do DIP.

Assim, a Carta da ONU, em seus artigos 10, 11, 12, 13 e 14, não permite que a AG possa vir a impor suas decisões aos Estados-membros. Por conseguinte, é facultada aos Estados uma interpretação de caráter subjetivo sobre o cumprimento, ou não, das recomendações. Sua importância está vinculada ao número maior ou menor de Estados que as aprovaram. Sua repercussão como norma de conduta coletiva internacional dependerá, portanto, da amplitude da maioria que a aprovou. Um exemplo de politização das recomendações das organizações internacionais, e como isso pode ser prejudicial às mesmas, é o da prática da UNESCO, durante a década de 80. Várias resoluções foram adotadas em torno da questão de uma nova ordem internacional da informação. Marcadamente políticas, elas sofreram a oposição de vários países industrializados do Ocidente. Como decorrência desta politização, os EUA suspenderam, por vários anos, sua participação nesta organização.

Nas comunidades européias as resoluções podem ser regulamentos comunitários, os quais os Estados-membros devem executar, podem ser diretrizes aos membros, as quais não

---

<sup>31</sup> CASTAÑEDA, Jorge A., *Valor jurídico de las Resoluciones de las Naciones Unidas*, México, 1967, p. 217-224.

são obrigatórias, mas que determinam alguma conduta específica, em que se escolhe livremente a maneira de executá-la. São decisões obrigatórias, com previsão de sanções àqueles que não as cumprirem, ou, também, pareceres, que são assimilados às recomendações e não são obrigatórios, e até as próprias recomendações. Ou seja, praticamente tudo. Podemos verificar assim a dificuldade de se elaborar uma teoria geral desta matéria.

A possibilidade de impor suas decisões, ou seu alcance, externamente, vincula-se ao tratado constitutivo e à natureza de cada organização. Para simplificar, pode-se dizer que a competência impositiva é natural quando se trata de organizações internacionais comunitárias ou de subordinação, como, por exemplo, a EU.

A depender de circunstâncias específicas e de interpretações, muitas vezes com viés político, do direito das organizações internacionais e dos compromissos assumidos pelos Estados-membros, a competência impositiva somente poderá ser exercida contra os Estados mais débeis. Inclusive no caso da ONU, que não pode impor decisões aos membros permanentes do Conselho de Segurança.

Ocorre que a imposição de uma decisão do coletivo internacional organizado ao Estado soberano que não se dispõe a acatá-la de bom grado, constitui ato violento que pode ser interpretado como uma ingerência indevida em seus assuntos internos. Esta discussão é o ponto principal deste trabalho, pois é reconhecida como uma das mais importantes nas relações internacionais no contexto atual: o esclarecimento sobre os limites da ingerência, aliados a aumentar a eficácia dos organismos internacionais<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> SEITENFUS, Ricardo e VENTURA, Deisy. Introdução ao Direito Internacional Público. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005, 4ª edição (p.154-157).

## 5.2 Eficácia das Decisões das Organizações Internacionais

O controle das decisões das organizações internacionais é estabelecido pela própria organização, pois não existe um sistema que seja comum a todas elas. Por outro lado, as organizações internacionais normalmente não dispõem de um poder efetivo para impor suas decisões. Os Estados ainda possuem uma grande esfera de liberdade para cumprir ou não as decisões de acordo com as suas conveniências políticas.

A OIT faz o controle da aplicação das convenções internacionais do trabalho através de relatórios solicitados e pela análise realizada por uma comissão técnica para aplicação das convenções e recomendações, que examina os relatórios dos governos sob o ponto de vista jurídico. Ela é formada por indivíduos designados a título pessoal pelo Conselho de Administração. Outra forma de controle é a figura da comissão de aplicação das convenções e recomendações da Conferência, que é formada por representantes de governos, patrões e empregados, em cada reunião da Conferência. Ela toma por base o trabalho da Comissão de Técnicos e elabora um relatório que é submetido à Conferência. A OIT admite que associações de empregadores e empregados apresentam reclamações pelo não cumprimento de suas decisões.

A UNESCO, por sua vez, para verificar se suas decisões estão sendo cumpridas, exige relatórios dos Estados, que são examinados por um comitê que apresenta os seus comentários à Conferência. O BIRD supervisiona os projetos que financia, inclusive realizando inspeções locais. Na OMC, o mecanismo de painel objetiva elucidar as controvérsias comerciais entre os parceiros, permitindo assim, aos Estados que se consideram lesados, tomar iniciativas, à guisa de represálias, sob a proteção da organização internacional.

A denúncia de que um membro da organização está descumprindo alguma decisão, ou outro tipo de ato obrigatório, desta pode ser realizada através de indicação, por outro Estado, do membro infrator, como acontece principalmente nas questões que envolvem direitos humanos. Outras vezes, a própria organização possui o direito de iniciativa, como no caso da OIT, que ao verificar qualquer discrepância nos relatórios podem tomar

diretamente as medidas cabíveis para punição. E também, existem ocasiões em que a iniciativa do controle parte de pessoas ou de grupos, também dentro do exemplo da OIT, e abrangem questões humanitárias, o direito da guerra e o desrespeito à Convenção de Genebra<sup>33</sup>.

O que se pode verificar é que as organizações internacionais não dão inteira liberdade aos Estados-membros para a execução de suas decisões, mas isto não significa que elas disponham de meios efetivos para impô-las. Os meios de que elas efetivamente dispõem são na maioria das vezes de relativo valor político, vez que se resumem quase sempre em simples “censuras”. Ou, ainda, elas podem chegar à expulsão do Estado-membro, como visto em item anterior, que corresponde à medida extrema e raramente utilizada por diversas razões:

- a) a expulsão não é acompanhada de medidas “práticas” que a tornem insuportável para os Estados;
- b) os Estados, para não sofrerem a expulsão, acabam se retirando antes, o que faz com que desapareça o valor moral ou político da possível expulsão, ou melhor, punição;
- c) o Estado, ao sair da organização, não se encontra mais submetido a ela, recuperando sua liberdade de agir.

Tendo em vista o acima exposto, ou seja, a exposição de que a expulsão, que poderia ser a principal sanção a ser aplicada a Estados que descumprirem decisões das organizações internacionais de que fazem parte, não surte os efeitos necessários, poderemos entender perfeitamente porque o FMI não se preocupa muito com a aplicação de sanções quando os seus dispositivos são violados, mas sim em fazer com que estas violações acabem o mais rapidamente possível.

Outra questão que deve ser abordada é esclarecer se as resoluções obrigam somente os Estados-membros, signatários do tratado constitutivo da organização, ou se também podem, e devem, valer para os particulares.

---

<sup>33</sup> Série de tratados formulados em Genebra, na Suíça, definindo as normas para as leis internacionais relativas ao Direito Humanitário Internacional.

No caso de aplicação aos Estados-membros e aos particulares, quais sejam os membros de sua população, cabe aos primeiros a responsabilidade de tomar as medidas legislativas necessárias para aplicação de decisão da organização internacional de que faz parte. Se estas medidas não forem tomadas, os particulares estão “livres” do cumprimento dessa decisão. O Brasil é um excelente exemplo para esta situação, considerando que, para uma decisão ter caráter normativo para os cidadãos brasileiros, a decisão deve ser absorvida pelo direito interno através da criação de lei ordinária que contemple a decisão.

No entanto, esta tese é considerada como ultrapassada pela maioria dos doutrinadores, tendo em vista que a Dinamarca, junto com a Inglaterra e os EUA perseguiram judicialmente as empresas que violaram as sanções votadas pela ONU contra a Rodésia. Outra questão controversa no DI é se um Estado pode adotar uma atitude contrária à resolução de uma organização internacional que ele tenha aprovado anteriormente.

A ONU adota uma série de procedimentos de supervisão, para impedir tal retratação de um de seus Estados-membros, quais sejam:

- a) elaboração de relatórios periódicos dos Estados;
- b) realização de inquérito feito por um subcomitê ou um relator individual e imparcial;
- c) dá assistência ao Estado que se encontra em dificuldade de cumprir a medida aprovada;
- d) expulsão em caso de não cumprimento;
- e) aciona o artigo 41 de sua Carta – medidas não militares;
- f) inicia a realização de medidas militares.

A principal justificativa dos Estados quando estes não cumprem as decisões das organizações internacionais das quais são membros é de que tais decisões, totalmente ou parcialmente, ferem sua soberania, pois são contrárias ao ordenamento jurídico interno, ou impossíveis de serem adotados por questões sociais ou religiosas. Muitos Estados, inclusive, procuram motivos como estes para justificar que determinadas decisões simplesmente são contrárias aos seus interesses, à sua política externa e objetivos que

deseja obter a partir das relações com os Estados daquela organização. Como forma de antecipação ao descumprimento, muitas convenções entre entes internacionais não são têm seus tratados finais ratificados por Estados, que, de antemão, prevêm que não conseguirão, ou não querem, cumprir as normas ou condições ali acordadas. Isso gera um desconforto na sociedade internacional muito grande, pois, na medida que os tratados são a manifestação da vontade dos Estados de cooperar, a declaração de que não irá ratificar um acordo internacional manda uma mensagem à sociedade de que o Estado não está disposto a cooperar naquele assunto. Este, muitas vezes, é delicado e sensível e de extrema urgência.

A dificuldade de delimitar até que ponto a organização internacional pode intrometer-se nos assuntos de um Estado, ou seja, até onde esta pode ir sem o Estado declarar que está ferindo sua soberania, vêm desde a época da Liga das Nações, primeira organização internacional de caráter universal.

Seu Pacto, seu tratado constituinte, indicava três formas de ingerência. O §4º do artigo 4º estipulava que o “Conselho tomará conhecimento de toda questão que entrar na esfera de atividade da Sociedade ou que interessar à paz do mundo”<sup>34</sup>. Pode-se discutir o significado da expressão “tomará conhecimento”, mas o que deve ser ressaltado é que o órgão executivo da Liga tinha um amplo poder de interpretação sobre o que pode vir a ser uma ameaça à paz mundial. Esta forma de redação não permite distinguir entre assuntos internos e externos.

A segunda forma de interesse da Liga visava os territórios “que são habitados por povos ainda não capazes de se dirigir” (Artigo 22, §1º) e por esta razão “o melhor método...é confiar a tutela desses povos às nações desenvolvidas” (§2º). Finalmente, o artigo 23 lista uma série de atividades que somente poderiam ser realizadas através de uma compulsória e estreita colaboração internacional. Trata-se de princípios genéricos como a manutenção de “condições de trabalho eqüitativas e humanas para o homem, mulher e a criança” (alínea a), o comprometimento de assegurar um “tratamento eqüitativo das populações indígenas” (alínea b) e a transferência de responsabilidade à Liga pelo controle e fiscalização do “tráfico de mulheres, crianças, ópio (alínea c) e do comércio de armas e munições (alínea d)”.

---

<sup>34</sup> FRANÇA. *Tratado de Versalhes*, 28 de jun de 1919. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/his1919.htm>. Acesso em: 05 nov. 2008.

A característica principal dos dispositivos elencados acima é a sua falta de praticidade e a ausência de indicação dos meios para alcançar objetivos tão amplos. De qualquer maneira, verifica-se também que responsabilidades exclusivas dos Estados em temas específicos e setores de sua população podem vir a ser objeto de ações coletivas.

Demonstrando uma evolução no tema abordado, a Carta da ONU dispõe, em seu artigo 2º, §7º, que:

Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervir em assuntos que dependem essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos à uma solução, nos termos da presente Carta; este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas constantes do Capítulo VII.

Neste capítulo, no artigo 39º, o Conselho de Segurança passa a ter a faculdade de determinar a “existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os artigos 41º e 42º”. A leitura deste artigo dá ampla liberdade ao CS para determinar o que seria a ameaça à paz, e sua concretização, e também, possibilita a adoção de medidas coercitivas preventivas para evitá-la, o que não configura, segundo o texto da Carta, a intervenção nos assuntos internos do Estado.

Esta ressalva é que permite a ação coletiva dentro da jurisdição de domínio reservado de um Estado. Exceto por ela, a ação coletiva só poderia desenrolar-se fora do território soberano. O artigo 41º estabelece medidas de bloqueio, ações que objetivam isolar o país faltoso, mas ainda não configuram a utilização das forças armadas. Estas somente poderão intervir, segundo artigo 42º, para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais, em ações que poderão “compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos Membros das Nações Unidas”<sup>35</sup>. A possibilidade de utilização das forças armadas coletivas para outras operações

---

<sup>35</sup> Todos os artigos dos parágrafos acima foram retirados da Carta das Nações Unidas.

ultrapassa agora o âmbito da coerção para atingir, de maneira militar e com a amplitude resultante da indefinição, o fenômeno da intervenção em assuntos internos<sup>36</sup>.

Ainda estudando as medidas coercitivas constantes na Carta da ONU, no Capítulo VIII, relativo aos acordos regionais, a Carta declara em seu artigo 53:

O conselho de Segurança utilizará, quando for o caso, tais acordos e entidades regionais para uma ação coercitiva sob a sua própria autoridade. Nenhuma ação coercitiva será, no entanto, levada a efeito de conformidade com acordos ou entidades regionais sem autorização do Conselho de Segurança, com exceção das medidas contra um Estado inimigo como está definido no parágrafo 2 deste Artigo, que forem determinadas em consequência do Artigo 107 ou em acordos regionais destinados a impedir a renovação de uma política agressiva por parte de qualquer desses Estados, até o momento em que a Organização possa, a pedido dos Governos interessados, ser incumbida de impedir toda nova agressão por parte de tal Estado.

Portanto, a Carta indica duas funções essenciais dos acordos regionais no que se refere à coerção de Estados: podem intervir como executores de medidas e não podem chamar a si a responsabilidade pela decisão.

Em harmonia com esta disposição, a Carta da OEA reconhece, em seus artigos 24 e 131 a primazia da ONU ao declarar que “nenhuma das estipulações desta Carta se interpretará no sentido de prejudicar os direitos e obrigações dos Estados-membros, de acordo com a Carta das Nações Unidas”<sup>37</sup>. No entanto, esta Carta pode ser considerada contraditória, pois não prevê nenhum mecanismo que garanta seu fiel cumprimento. Em geral, baseia-se em princípios do direito internacional, da igualdade entre os Estados, e, em particular, no respeito à soberania.

Ao contrário da Carta da ONU, a Carta constitutiva da OEA delega expressamente aos denominadas tratados especiais, especialmente ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), as medidas coercitivas que devem ser tomadas para resguardar a paz continental. Estes acordos são documentos formalizadores de alianças

---

<sup>36</sup> Contudo, a AG da ONU tomou posição em duas oportunidades sobre a “inadmissibilidade da intervenção nos assuntos internos dos Estados”. Em 1965, a AG aprovou a Resolução 2131, e em, 1981, a Resolução 36/103, redigidas em termo similares. No entanto, a AG declara nestes textos que tais Resoluções se submetem às disposições contidas nos Capítulos VI e VII de sua Carta.

<sup>37</sup> COLÔMBIA. *Carta da Organização dos Estados Americanos*, 25 de set de 1997. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/carta.htm>. Acesso em: 25 out. 2008.



militares defensivas e não podem ser assimilados a tratados constitutivos de uma organização internacional de caráter regional. Em consequência, do ponto de vista jurídico, não se configura o traço coercitivo ou de ingerência que se tenta identificar nas organizações internacionais.

Do ponto de vista prático, retomando a primeira organização mencionada, a Liga das Nações, não deve ser considerada como exemplo a ser utilizado, pois foi inoperante e fraca frente às diversas agressões ocorridas no período entre-guerras, que causaram, justamente, o deflagramento da Segunda Guerra Mundial. Em contrapartida, a Carta da ONU demonstra que esta organização tentará, ao longo de sua história, intervir nos conflitos internacionais.

Porém, o que vemos atualmente é uma incessante disputa entre a AG e o CS. A primeira, concebendo ingerência de forma restritiva, sendo integrada por todos os Estados-membros da ONU, reflete o temor da maioria numérica de pequenos países, mas seu processo decisional resulta apenas em recomendações. Devemos nos ater à posição do Conselho, que dispõe de força executória e concebe a ingerência de maneira mais ampla, de acordo com o grau de interesse de seus membros permanentes em relação ao caso analisado.

A regra de unanimidade que resulta no poder de veto levará, por vezes, à paralisia em casos nos quais o coletivo efetivamente poderia intervir ou em casos nos quais os interesses de um Estado foram claramente alterados para obter tal aprovação. Por isso, inobstante a negativa da organização internacional em intervir, não impede que países tomem medidas unilaterais, ou até se juntem através de alianças, para impô-las.

Como no caso do combate ao terrorismo, sob a forma de medidas adotadas pelos EUA que atingiram Irã e Líbia, reiteradamente rejeitadas pelos organismos multilaterais, que inspiraram a Lei D'Amato-Kennedy<sup>38</sup>. Ou ainda a Lei Helms-Burton<sup>39</sup> proposta pelo mesmo país contra Cuba.

---

<sup>38</sup> Lei norte-americana assinada pelo então presidente Bill Clinton em 12/03/1996, que impunha sanções à empresas que investissem acima de US\$ 40 milhões por ano no setor petrolífero e de gás do Irã e da Líbia, como representante da luta contra o terrorismo.

<sup>39</sup> Lei norte-americana também assinada pelo então presidente Bill Clinton, endureceu ainda mais o embargo já existente à Cuba, estendendo a empresas estrangeiras que negociassem com o país.

A ingerência, definida com base no caráter impositivo ou coercitivo, isto é, o fato de um Estado impor a outro determinada conduta ou situação que ele não desejaria para si. Ingerência esta que também pode ser realizada por organizações internacionais. A invasão de um país pelo outro, ou qualquer exemplo de ação militarizada, compõem o estereótipo da ingerência, seja ela motivada ou não, seja aceitável ou não. No entanto, além dessas formas, ao longo deste trabalho outras formas não-militares e não-solitárias de ingerência foram mencionadas. Portanto, podemos dizer que a ingerência tem natureza muito mais ampla do que apenas o fenômeno unilateral e violento conhecido como intervenção armada.

As modalidades de ingerência que se operam entre os Estados e entre estes e as organizações internacionais, podem ser classificadas com base em suas motivações, em sua natureza e por suas finalidades. Segundo as motivações, podemos indicar como formas de ingerência de um Estado nos assuntos internos de outro as pressões nem sentido lato, a ruptura de relações diplomáticas e comerciais, o embargo, a intervenção consentida e a intervenção armada.

Segundo a natureza das modalidades de ingerência, podemos considerar a ingerência como o uso da força legítima, a ingerência como consequência de um processo institucional<sup>40</sup> e a ingerência como consequência da interpretação de interesses econômicos<sup>41</sup>. A primeira forma se manifesta de maneira unilateral e não possui resguardo do direito das organizações internacionais. As duas seguintes podem vir a ser efetivadas através do coletivo internacional.

O conjunto de modalidades de ingerência, segundo sua finalidade, é composto pela ingerência como proteção aos estrangeiros residentes em território instável, assistência humanitária, ingerência como imposição da paz e a ingerência como restauração da democracia. Com relação às duas primeiras, tornou-se costume o coletivo internacional autorizar a intervenção coletiva tanto para a evacuação de residentes estrangeiros em

---

<sup>40</sup> É juridicamente aceitável, pois, é resultado de acordos ou da atividade de fóruns de jurisdição internacional aceitos voluntária e antecipadamente pelos Estados que a sofrem. Exemplos disso são: o Tribunal de Luxemburgo, a CIJ e a prática de arbitragem internacional.

<sup>41</sup> Prende-se à tentativa de fazer respeitar condutas nos chamados temas emergentes, que, são escassamente codificados nas relações internacionais. Um exemplo é a vinculação do comércio internacional com a proteção do meio ambiente. Apesar de sofrer restrições por parte de um grande número de membros da OMC, é possível constatar que, na prática, introduziu-se a etiquetagem ecológica, ou selo verde, a fim de identificar, para os consumidores, os produtos que são fabricados respeitando princípios ambientalistas.

território instável quanto para a distribuição de assistência humanitária para a população civil.

A ingerência como imposição da paz surgiu nas últimas décadas no direito internacional, pois, a mediação, os bons ofícios e a arbitragem, métodos de solução pacífica para os litígios internacionais, dependem da boa vontade dos contendores. Sendo assim, a ONU não dispunha de meio coercitivo para efetivar a paz.

Entretanto, o intenso conflito desenrolado no território da ex-Ioguslândia, que apresenta suas seqüelas, conseqüências, no cenário internacional até hoje, gerou uma ocorrência inédita até então. Depois de longo processo de discussão interna, a ONU delegou à OTAN a tarefa de agir militarmente, inclusive de forma ofensiva, para interromper a guerra, numa literal luta pela paz. No caso específico da Bósnia, o conflito possuía duas faces, por ser uma guerra internacional, mas também uma guerra civil. E assim se abriu o caminho para intervenção não consentida do coletivo internacional. A razão determinante desta decisão do coletivo poderia ser dita, não se a guerra era civil ou internacional, mas sim onde estava localizado o conflito e a opinião pública em relação ao mesmo.

A ingerência para restauração da democracia corresponde mais a um princípio do que uma prática consolidada. Pode-se classificar a disposição da democracia como condição *sine qua non* de certas relações econômicas ou políticas como uma pressão no sentido lato, mas também é um tipo de ingerência, principalmente, quando analisamos a questão de restabelecimento do Estado de Direito naqueles locais onde se encontra violado. Aqui a ingerência significa, também, intervenção armada.

Diversas vezes, este gesto, armado ou não, de aparente solidariedade aos regimes constitucionais assentados no mundo, foi utilizado como mero pretexto para uma ação fundada em interesses bastante diversos, e, como já foi dito, inclusive na exposição da intervenção norte-americana no Afeganistão e Iraque, freqüentemente expectativas nacionais do interventor. A ação deve cessar uma vez que o regime foi restaurado.

O dilema da organização internacional torna-se, neste caso, a utilização, ou não, do recurso da força. É claro que as demais sanções internacionais são cabíveis, mas na prática, podem ser contestadas mais pelas condições objetivas, como no caso de um Estado repudiar

uma sanção porque apóia o regime sancionado, do que pela ação em si mesma. A polêmica se intensifica quando se pretende militarizar a sanção. Não é propriamente uma novidade que as sanções que prescindem da força têm dificuldade de real implementação. Portanto, a opinião pública, como no caso detalhado da Bósnia, tende a exigir, quando diante de uma ditadura, sobretudo se esta é cruel, uma verdadeira atitude e não apenas o repúdio formal contido no discurso da organização internacional. Ou seja, exige-se a eficácia da decisão internacional que se opõe ao regime ditatorial, cuja oposição não consegue efetivar-se. Em contrapartida, muitas ditaduras sanguinárias passaram “despercebidas” quando interesses, principalmente econômicos, estavam em jogo para Estados-membros de organizações internacionais que poderiam, efetivamente, tomar uma atitude definitiva contra eles. Não há uma posição clara, no entanto, do coletivo internacional sobre as conseqüências da violação do Estado de Direito, que poderia servir como elemento de dissuasão.

Tanto o processo institucional retratado, quanto o processo de tomada de decisões das organizações internacionais desenrolam-se tendo como pano de fundo o movimento do poder hegemônico de certos Estados. Alguns doutrinadores chamam de balança de poder a ordem internacional na qual determinados Estados exercem poder sobre outros. As alterações neste sistema, de influência e poder que os Estados sofrem, e causam, ao mesmo tempo, são os cenários para a criação das organizações internacionais. Não apenas como meros fatos ilustrativos, mas também como fatos geradores destas organizações.

Se para os Estados mais fracos as organizações tendem a representar uma garantia de independência política e uma forma de buscar o desenvolvimento econômico, para os países poderosos elas significam, na maioria das vezes, um local para a diplomacia ser exercida, de acordo com seu poder nacional, sendo assim, simples apêndices de sua política externa.

Outra função das organizações para estes Estados, que podemos dizer que, por sua própria constituição, poder econômico, influência cultural e supremacia militar, não precisam das organizações internacionais como órgãos de proteção e auxílio, e sim, as utilizam como ferramentas, muitas vezes ofensivas, para obter determinadas vantagens que individualmente poderiam não conseguir, ou com facilidade, ou por conta da repercussão

que poderia causar realizar determinados atos sem o embasamento de uma organização internacional composta por outros Estados.

O poder internacional econômico dos Estados manifesta-se nas relações entre este e os interesses privados, tanto nacionais quanto internacionais. As políticas de comércio exterior e de atração dos investimentos estrangeiros modelam um dos fundamentos da atuação externa dos Estados e tornaram-se elementos chave para criação de novas organizações, ou, com mais frequência, um membro, ou vários deles, impulsionam uma mudança de diretrizes e finalidades da organização visando potencializar as vantagens econômicas de seu Estado em relação à determinada situação.

Os principais traços do meio internacional onde a ação e o discurso das organizações internacionais são vistos e ouvidos, indicam que a ideologia destas está intimamente vincula àquelas dos Estados-membros. Principalmente se dentro deste grupo houver potências que conseguem se destacar por uma das razões já expostas, como seu poderio militar. A margem de manobra que dispõem as organizações internacionais dependerá do grau de coesão sistêmica do sistema internacional. O baixo nível dessa coesão permite que as organizações internacionais alcancem um mínimo de autonomia ideológica.

Nos dias de hoje, as organizações internacionais passam por uma fase ideológica baseada na globalização, o que significa dizer que há já ocorre uma diminuição no papel do Estado em benefício de forças transnacionais privadas, essencialmente comerciais, tecnológicas e financeiras. Estas devem curvar-se perante estas forças e trabalhar na direção de uma maior liberalização das relações, sobretudo as econômicas, internacionais. Outro fator para o papel do Estado ter diminuído em função da globalização se deveu à ligação da economia mundial.

Hoje em dia, os Estados dificilmente possuem interesses que são exclusivos a ele, obrigando-os a considerarem seus parceiros de forma mais pacífica, e menos propensa aos conflitos. A economia dos Estados, interligada do jeito que se encontra agora, em meio a uma crise financeira sem precedentes, demonstra que nenhum Estado pode mais agir completamente sozinho em busca de suas vantagens exclusivas. Quando um ente decide adotar uma política capaz de prejudicar toda a sociedade internacional, ele não pode e não deve mais ter a possibilidade de decidir sozinho.

Na falta de um controlador, as organizações internacionais surgem como um meio, como o espaço para discussões. Atualmente, não existem mais assuntos que não interessam a um Estado. No mundo globalizado, mesmo um tópico de discussão que pareça desinteressante para um país, pode significar uma alteração considerável no preço de um produto que aquele país tem como principal produto de exportação, por exemplo.

No entanto, o problema da eficácia das decisões destas organizações perdura. Como fazer com que resoluções, ou qualquer outro tipo de ato obrigatório seja cumprido, à risca, por seus Estados-membros, e mais importante, quando não executados ou cumpridos, quais medidas contra os países poderiam ser tomadas para “ensinar-lhes” uma lição? O que ocorre no sistema internacional, principalmente em relação às grandes potências, é a falta de aplicação de justiça. Justiça essa que deveria ser definida pelos Estados em conjunto, e quando não obedecida, a penalidade deveria ser tão insuportável, que o membro da organização faria de tudo para não descumpri-la. Um exemplo da inércia em relação às grandes potências é a Guerra do Iraque, liderada pelos EUA.

A tensão, o clima de iminência de conflito armado se intensificou a partir de Agosto de 2002, quando os EUA acusaram, através do então Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, que Saddam Hussein estaria protegendo terroristas da rede Al-Qaeda, e, o faria conscientemente. No entanto, vale ressaltar que, até o momento desta declaração, 8% (oito por cento) do petróleo consumido nos EUA vinha do Iraque, mas, desde então, as empresas americanas cortaram as importações do petróleo iraquiano para menos de duzentos mil barris por dia, quando, antes do governo começar a acusar o governo do país, era de um milhão de barris por dia. A possibilidade de guerra na maior região produtora de petróleo do mundo fez o preço do barril aumentar consideravelmente, tendência que se manteve durante grande parte do conflito.

A ONU se pronunciou sobre um possível conflito armado no mês seguinte, quando o então Secretário-Geral Kofi Annan afirmou que nenhum país da ONU teria direito de agir sozinho. Em contrapartida à esta afirmação, o presidente dos Estados Unidos, George Bush, acusou Saddam Hussein de ter descumprido e desafiado resoluções da ONU nos últimos dez anos. Bush afirmou consultaria o conselho de segurança antes de tomar qualquer medida que poderia ser considerada ato de guerra, mas declarou que se o Iraque não

cumprisse as resoluções da ONU, uma ação militar seria inevitável. Nos dias seguintes, o governo dos EUA solicitou à ONU o retorno dos inspetores de armas ao Iraque, para trabalhar sem limitações.

O presidente Bush pode ter falado em diplomacia, mas o Pentágono estava tomando medidas que indicam preparação para um ataque a Saddam Hussein. Em seguida, os EUA transferiram pessoal e equipamento de seu comando militar da Flórida para uma base americana no Qatar, região do Golfo Pérsico.

Em dezembro de 2002, o Iraque acusou os EUA de pressionar o Conselho de Segurança da ONU para obter, antecipadamente, o relatório sobre suas armas apresentado à organização. Segundo as declarações do governo iraquiano, os americanos queriam manipular o documento em busca de um pretexto para a guerra, numa operação de chantagem sem precedentes na história. Porém, a única informação disponibilizada sobre tal documento foi feita por Diplomatas do Conselho de Segurança da ONU os quais disseram que o texto citava países que forneceram matéria-prima de armas nucleares, químicas e biológicas ao Iraque no passado.

Em Março de 2003 tropas norte-americanas invadiram o Iraque e a cidade de Bagdá foi bombardeada. No mês seguinte, a capital iraquiana já estava completamente tomada por forças estrangeiras. Em dezembro do mesmo ano, Saddam Hussein foi preso, sendo posteriormente julgado e condenado à morte.

Ou seja, as ações americanas foram, exclusivamente, guiadas pelos seus próprios interesses e ideologias. Apesar da ONU ter sido consultada, não emitiu a resposta que os EUA tanto desejavam. Na verdade, nenhuma resposta foi dada. Defendendo a certeza que o Iraque possuía um programa nuclear muito mais avançado do que se sabia, e do que, inclusive, constava no relatório dos observadores enviados ao país, os EUA invadiram com a justificativa de que estavam causando uma guerra, mas na defesa de um bem-maior. Democracia e defesa da mesma. No entanto, até hoje, nenhuma arma nuclear foi encontrada no Iraque, e um conflito que era previsto para terminar rapidamente, já dura mais de cinco anos.

Porém, nenhuma sanção foi aplicada aos EUA. Eles não cumpriram procedimentos da ONU, eles manipularam a sociedade internacional de tal forma, que sua ação no Iraque foi tida como uma ação conjunta de todos os países, sendo necessário a aqueles que faziam parte de sua oposição, declarar explicitamente sua revolta em relação à ação unilateral dos norte-americanos.

Mas, se um dos princípios básicos da formação do sistema internacional é o caráter igualitário que todos os Estados possuem nele, até que ponto as normas internacionais deveriam estar sendo aplicadas sem que, para isso, precisássemos fundar uma organização equivalente a um super-Estado? Voltamos novamente à questão da eficácia das decisões proferidas pelas organizações.

Que estas podem, e devem, impor resoluções, ou outros atos obrigatórios, foram extensamente demonstrados ao longo do trabalho, bem como, a possibilidade delas realizarem esse ato constitui na execução de seus direitos e deveres como pessoal internacional.

A cada ato unilateral expedido por uma organização internacional, é necessário examinar os respectivos tratados multilaterais de fundação, e, também, verificar os graus de poderes normativos gerais que elas possuem, bem como, os limites de submissão a seus ordenamentos derivados, que os Estados-membros se dispuseram a acatar.

No entanto, com base em teorias desenvolvidas no século XX relacionadas ao nível de vinculação dos Estados às organizações internacionais, podemos reconhecer que existem normas internacionais jurídicas gerais, que constituem um *jus cogens*, que se sobrepõem à vontade dos Estados e não podem ser modificadas por dispositivos oriundos, seja nos tratados e convenções internacionais, seja nas normas consuetudinárias internacionais, ou ainda, por estarem definidas como princípios gerais de direito. Outra teoria reconhece a existência de normas muito flexíveis, que constituiriam um conjunto de regras jurídicas de conduta dos Estados, e cuja inadimplência seria governada por um sistema de sanções distintas das previstas nas normas tradicionais, possivelmente assimiláveis às obrigações morais versadas nos sistemas internos dos Estados. Trata-se, portanto, da discussão sobre a existência do que se tem denominado de *soft law*, por oposição às normas tradicionais, então qualificadas de *hard law*.



## 6. CONCLUSÃO

Com base nos conceitos, teorias e exemplos expostos pelo trabalho e a pesquisa necessária para sua realização, é possível concluir que as organizações internacionais desfrutam de limitada autonomia. A igualdade que se manifesta entre os Estados, é ilusória, e se encontra muito distante da realidade objetiva do sistema internacional.

Concluimos também que, na ausência de um órgão, ou Estado, ou até instituição, que seja militarmente e economicamente mais forte que os Estados que formam o atual sistema internacional, o que ocorre é que, cabe às organizações internacionais realizar os únicos controles existentes, atuarem como fórum para discussões e como os “juízes” do direito internacional público.

No entanto, o trabalho desenvolvido também permite ensinarmos que, mesmo quando uma organização internacional toma uma decisão, esta, provavelmente, será descartada ou não cumprida exatamente, pois não serve aos interesses individuais do Estado. O verdadeiro desafio para estas instituições atualmente é tomar decisões, criar resoluções e oficializar procedimentos de forma que os Estados-membros da organização sejam obrigados a cumprir suas obrigações. A conclusão que chegamos é de que o problema é a parte prática destas decisões. Elas devem sair do plano imaginário e serem elaboradas de acordo com a realidade atual. As sanções devem ser tão ruins que os Estados farão de tudo para evitar sua aplicação, cedendo assim total e completa autonomia às organizações, bem como, estará abrindo mão de seus poderes como sujeito do direito internacional para se submeter a outro sujeito.

O exemplo detalhado sobre a Guerra do Iraque é ideal para resumir a conclusão deste trabalho: o Estado decide, por interesses próprios, se tornar membro de uma organização internacional. Submetendo-se assim, a partir da assinatura de seu representante no ato constitutivo de tal organização, às decisões desta organização. Quando esta organização profere uma decisão que desagrade o Estado, ou bate diretamente com seus interesses, este se recusa a aceitar a decisão, se recusa a se submeter. E nada é feio como represália a este comportamento.

Dessa forma, concluímos que as decisões das organizações internacionais possuem eficácia parcial, pois só surtiram efeitos quando os Estados assim decidirem. As organizações, apesar da teoria dizer que são autônomas, independentes, de seus membros, na verdade estão sujeitas aos caprichos de seus membros mais poderosos, que ao utilizar sua influência sobre outros Estados, acabam por decidir as diretrizes da organização de acordo com seus interesses internos. Esse poder também é exercido quando, descumprida alguma obrigação, o Estado defende sua soberania, e, portanto, não seria passível de punição, ou qualquer outro tipo de sanção. Permitindo assim, que a sociedade internacional seja caracterizada como não tendo nenhum tipo de governo ou compromisso, pois, aqueles que são celebrados, não necessariamente obrigarão o Estado posteriormente.

## REFERÊNCIAS

BENNETT, A. Leroy; OLIVER, James K. *International Organizations: Principles and Issues*. 7. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2002.

BRASIL. Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul, Minas Gerais, Brasil, 17 de dez de 1994. Disponível em: [http://www2.uol.com.br/actasoft/actamercosul/espanhol/protocolo\\_de\\_ouro\\_preto.htm](http://www2.uol.com.br/actasoft/actamercosul/espanhol/protocolo_de_ouro_preto.htm). Acesso em: 11 nov. 2008.

BROWNLIE, Ian. *Principles of Public International Law*. 2. ed. Oxford: Clarendon, 1973.

CASTAÑEDA, Jorge A., *Valor jurídico de las Resoluciones de las Naciones Unidas*, México, 1967, p. 217-224.

COLÔMBIA. *Carta da Organização dos Estados Americanos*, 25 de set de 1997. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/carta.htm>. Acesso em: 25 out. 2008.

De VISSCHER, Ch. *Théories ET Réalités en Droit International Public*. Paris, 1953, p.19.

EUA. *Carta da ONU*. São Francisco, 26 de junho de 1945. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc6.php>. Acesso em 10 nov. 2008.

FRANÇA. *Tratado de Versalhes*, 28 de jun de 1919. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/his1919.htm>. Acesso em: 05 nov. 2008.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andréa Ribeiro. *Organizações Internacionais: História e Práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOLANDA. Parecer da CIJ. *Reparação de Danos Sofridos a Serviços das Nações Unidas*. Haia, Holanda, 11 de abril de 1949. Disponível em: [http://www.cedin.com.br/060topic\\_pdf/pdf\\_cij/pareceres%20consultivos\\_1948.pdf](http://www.cedin.com.br/060topic_pdf/pdf_cij/pareceres%20consultivos_1948.pdf). Acesso em 10 nov. 2008.

HOLANDA. Parecer consultivo da CIJ. *Efeitos da Sentença de Compensação Proferida pelo Tribunal Administrativo das Nações Unidas*. Haia, Holanda, 13 de Julho de 1954. Disponível em: [www.cedin.com.br/060topic\\_pdf/pdf\\_cij/pareceres%20consultivos\\_1953.pdf](http://www.cedin.com.br/060topic_pdf/pdf_cij/pareceres%20consultivos_1953.pdf). Acesso em: 10 nov. 2008.

HOLANDA. Parecer consultivo da CIJ. *Certas Despesas das Nações Unidas*. Haia, Holanda, 20 de Julho de 1962. Disponível em: [http://www.cedin.com.br/060topic\\_pdf/pdf\\_cij/pareceres%20consultivos\\_1961.pdf](http://www.cedin.com.br/060topic_pdf/pdf_cij/pareceres%20consultivos_1961.pdf). Acesso em: 09 de nov. 2008.

KRASNER, Stephen D. *Structural causes and regimes consequences: regimes as intervening variables*. International Organization, v.36, n.2, pp 1-21, 1982.  
MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: Curso Elementar*. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. v.1.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *Manual das Organizações Internacionais*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SEITENFUS, Ricardo e VENTURA, Deisy. *Introdução ao Direito Internacional Público*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SOARES, Guido Fernando Silva. *Curso de Direito Internacional Público*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. v.1.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. *A Nova Dimensão do Direito Internacional Público*. Brasília, DF: Instituto Rio Branco: Fundação Alexandre Gusmão, 2005.